



*[Handwritten signatures and initials]*

ATA N.º 22 – Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano dois mil e doze, nesta cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às vinte e uma horas e vinte minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Exmo. Presidente da Assembleia – José Manuel Moreira Cardoso da Costa – e secretariada pelos senhores Vítor Carlos Latourrette Marques e Francisco Barbosa de Oliveira Maia, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Atas:
  - Ata N.º 20 – Sessão Ordinária de 28 de setembro de 2012
  - Ata N.º 21 – Sessão Extraordinária de 12 de outubro de 2012;
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida (*deliberação da Assembleia de 30/04/2012*);
- 4 – Certificação Legal das Contas do Município de Santa Maria da Feira respeitantes ao exercício de 2011 (*para conhecimento*);
- 5 – Reorganização dos Serviços Municipais do Município de Santa Maria da Feira;
- 6 – Mapa de Pessoal para 2013;
- 7 – Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2013;
- 8 – Contrato-Programa para 2012 a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M.
  - Aprovação de Minuta;
- 9 – Alteração dos Estatutos da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M.
  - Designação do Fiscal Único;
- 10 – Mapa de Pessoal da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. (*para conhecimento*);
- 11 – Plano de Atividades e Orçamento para 2013 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. (*para conhecimento*);
- 12 – Contrato-Programa para 2013 a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M.
  - Aprovação de Minuta;
- 13 – Tarifário de Água e Saneamento para 2013 (*para conhecimento*);
- 14 – Utilização do saldo de tesouraria que transitar para 2013 na conta bancária



- específica respeitante ao PAEL; -----
- 15 – Plano de liquidação de pagamentos; -----
- 16 – Transferência do Serviço de Limpeza de Fossas Séticas para a Indaqua Feira; ----
- 17 – Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira e a Comunidade Urbana de Kenitra – Marrocos; -----
- 18 – Pedido da Associação Empresarial de Santa Maria da Feira de isenção de taxas para colocação de outdoors publicitários; -----
- 19 – Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Não Urbanísticas do Município de Santa Maria da Feira; -----
- 20 – Autorização da repartição de encargos e assunção de compromissos -----
- Empreitada de “Construção da Unidade de Saúde de Argoncilhe” -----
  - Repartição plurianual dos encargos com todos os ramos de seguros contratados
  - “Construção de Adutora do Reservatório R48.2 e /ou R48.3 para a rede em baixa da cidade da Feira” -----
  - Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais da Bacia B3 – Cáster/ Contrato-Promessa de Compra e Venda a celebrar entre Mário Pais Leite de Sá e outros e a Câmara Municipal -----
  - Acordo de Parceria celebrado entre a Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. e o Município de Santa Maria da Feira-----
  - “Reabilitação do Cineteatro António Lamoso/CCTAR – Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua – Polo 2” -----
  - “Prestação de serviços especializados da revisão da metodologia de dedução do IVA” -----
  - Subsídios; -----
- 21 – Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Santa Maria da Feira. ----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Alfredo de Oliveira Henriques, e pelos senhores vereadores Emídio Ferreira dos Santos Sousa, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, José Manuel da Silva Oliveira, Celestino Augusto Soares Portela, Alcides Alves Branco de Carvalho, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso, Sérgio Manuel Murteira Cirino e Márcio dos Santos Correia. -----



O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes.-----

Foi dada nota da entrada na Mesa, até àquele momento, de oito credenciais: uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquele Executivo – Manuel Pereira dos Santos; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquele Executivo – David Manuel Pinho Soares Ferreira; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caldas de São Jorge, que delegou a sua representação, nesta sessão, na Secretária daquele Executivo – Maria Rosa Jesus Costa Santos; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Guisande, que delegou a sua representação, nesta sessão, na Secretária daquele Executivo – Alexandra Suzete Castro Gomes; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – Alberto de Oliveira Tavares; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – António Óscar Correia Soares Neves; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Souto, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – Zeferino Carlos Reis Santos; e uma outra do Sr. Presidente da Junta do Vale, que delegou a sua representação, nesta sessão, na Secretária daquele Executivo – Cecília Júnior Ferreira.-----

A Assembleia foi ainda informada que seis deputados municipais, nomeadamente os membros António André da Silva Topa (PSD), Idalina Noémia Pais de Sousa e Sá Abreu (PS), Telmo André dos Santos Gomes (PS), Richard Armando de Sá Neves (PS), António de Oliveira e Silva (BE) e Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes (CDU), solicitaram, nos termos da Lei, e dada a impossibilidade em estarem presentes pelos motivos expostos nas próprias comunicações, serem substituídos na presente sessão.-----

Quanto à substituição do membro António Topa, o Sr. Presidente da Assembleia comunicou que, nos termos da Lei, o mesmo é substituído pelo cidadão imediatamente seguinte na lista do PSD, respetivamente, pelo Sr. Alberto de Oliveira Malta.-----

Relativamente à substituição da deputada municipal Idalina Abreu, informou que a cidadã imediatamente a seguir na lista do PS – Samanta Joana da Silva Maia – apesar de devidamente avisada, ainda não se encontrava presente na sessão. Disse que se, entretanto, a



Sr.<sup>a</sup> Samanta Maia chegasse, participaria na sessão substituindo, na mesma, a deputada municipal Idalina Abreu.-----

Quanto à substituição dos membros Telmo Gomes e Richard Neves comunicou que, nos termos da Lei, os mesmos são substituídos pelos cidadãos imediatamente seguintes na lista do PS, respetivamente, pelos Srs. Manuel António de Oliveira Ferreira e António Ferreira Pinto, que se encontravam presentes para o efeito. -----

Informou, ainda, que o membro António de Oliveira Silva é substituído, na sessão, pelo cidadão imediatamente a seguir na lista do BE – Nuno Miguel Pinto Serrano – que se encontrava presente para o efeito. -----

Sobre a substituição da deputada municipal Lúcia Gomes, referiu que o cidadão a seguir na lista da mesma força partidária (CDU) – Ricardo Jorge Dias Cardoso – solicitou, de igual modo, ser substituído na presente sessão. Verificando que o cidadão seguinte dessa mesma lista – Pedro Lopes de Almeida – se encontrava presente para o efeito, informou a Assembleia que o Sr. Pedro Almeida substituíra, na sessão, a deputada municipal Lúcia Gomes.-----

-----  
Para além dos membros atrás referidos – presentes em substituição/representação de outros – encontravam-se presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

Adriana Marisa da Silva Cardoso; Adriano Serafim Resende Martins; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; Ângelo César da Silva Castro; Antero Henrique Tavares da Rocha Barbosa; António Alves Cardoso; António Domingues Pereira; António Vilar de Oliveira; Arménio Magalhães de Oliveira; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Fernanda Paula Marques Oliveira; Francisco Barbosa de Oliveira Maia; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; José Carlos Pinto da Silva; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; José Manuel Moreira Cardoso da Costa; Leandro José Dias dos Reis; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Manuel da Mota Pinho; Marco Aurélio Oliveira Jesus; Maria Filomena Leite Ferreira; Maria Marília da Conceição e Paiva Brandão; Maria Olinda de Oliveira Reis Coelho; Pedro Miguel de Pinho Pereira; Rui Jorge Ribeiro Tavares; Victor José dos Santos Neves; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Canedo – Vítor Carlos Latourrette Marques; Escapães – Gastão Valente Pinto da Silva; Espargo – Susana Alexandra Lopes Correia; Fiães – Bernardino Henriques Ribeiro; Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Lobão – José Henriques dos Santos; Louredo – José Fernando Moreira; Lourosa – Armando Fontes Teixeira; Milheirós de Poiares



– Augusto de Pinho Santos; Mozelos – Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Nogueira da Regedoura – Henrique Pereira Ferreira; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Pigeiros – Feliciano Martins Pereira; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto da Conceição Moreira; Sanfins – José Fernandes Leite, Sanguedo – José Nogueira da Silva; S. João de Ver – Amaro Bento Silva Araújo; S. Paio de Oleiros – David Ferreira Rodrigues; e Travanca – António Sérgio Gonçalves Silva. -----

Seguidamente, e na sequência do que foi sugerido à Mesa e aceite pela mesma na sessão de 25 de Junho de 1999 quanto à omissão da leitura da síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, e que continuou a ter a aceitação de todos e por isso continua a ser prática durante este mandato, o Sr. Presidente da Assembleia informou que se encontrava disponível a relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. membros os pudessem consultar, caso o pretendessem.-----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão extraordinária de 12 de outubro de 2012:-----

- “Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, as minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 01 e 04 de outubro de 2012;-----
- E-mail do Sr. Secretário-Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo a circular n.º 147/2012-PB, dando a conhecer a comunicação do Chefe do Gabinete do Procurador-Geral da República, subordinado ao assunto “Inconstitucionalidade da regulamentação da lei dos compromissos e pagamentos em atraso”;-----
- E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Souto – António Pinho, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando a justificação da sua falta à sessão extraordinária realizada pela Assembleia Municipal no dia 12 de outubro de 2012, por razões pessoais;-----
- E-mail do Sr. Secretário-Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo a circular n.º 150/2012-PB, informando estarem disponíveis na página da ANMP na internet os



- documentos aprovados pelo Conselho Geral da ANMP sobre a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2013;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Comissão Executiva da AMP – Área Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo exemplar da “iPorto 27” – agenda metropolitana da cultura (bimestre de novembro e dezembro de 2012) que reúne os vários eventos da área da cultura dos 16 Municípios que integram aquela Área Metropolitana; ----
  - Ofício da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, subordinado ao assunto “Homologação da conta relativa ao exercício de 2009 – Recomendações”; -----
  - E-mail do Sr. Secretário-Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo a circular n.º 151/2012-PB, informando estar disponível na página da ANMP na internet o parecer daquela Associação relativo à Proposta de Lei n.º 102/XII – Segunda alteração à Lei do Orçamento de Estado para 2012;-----
  - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 15 de outubro de 2012;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo cópia da proposta subscrita por todos os grupos metropolitanos, aprovada por aquele órgão na sessão de 09 de outubro de 2012, sobre o assunto “Tomada de posição da Assembleia Metropolitana do Porto, relativamente à Proposta de Lei n.º 437/2012, sobre o Regime Jurídico das Autarquias Locais e o Estatuto das Entidades Intermunicipais”;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos representantes dos grupos municipais deste Órgão, enviando, para conhecimento e devidos efeitos, cópia do ofício que lhe foi dirigido pelo Tribunal de Contas, sobre o assunto “Homologação da conta relativa ao exercício de 2009 – Recomendações”;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, fotocópia do documento entregue à Mesa deste Órgão no decorrer da sua sessão ordinária realizada no passado dia



- 28 de setembro de 2012, pelo representante da CDU nessa sessão, relativo a pergunta colocada ao Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, sobre o assunto “Poluição da Ribeira de Rio Maior – Santa Maria da Feira”; ----
- Comunicação da cidadã Elisabeth Azevedo Almeida – membro da Assembleia de Freguesia do Vale, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo teor da moção da qual é única proponente e responsável – que enviou a várias entidades – no âmbito da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica do Concelho de Santa Maria da Feira; -----
  - E-mail do Assessor Jurídico do Gabinete da Presidente da Assembleia da República, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, comunicando que a Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território (UTRAT) apresentou à Assembleia da República os pareceres e propostas de reorganização administrativa das freguesias situadas no território de Portugal continental, que estão disponíveis no site da Assembleia da República;-----
  - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 29 de outubro de 2012;-----
  - E-mail do Sr. Presidente da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo a circular n.º 152/2012-PB, a qual dá conhecimento da Resolução da ANMP relativa à Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2013;-----
  - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, as minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 12 e 15 de novembro de 2012;-----
  - Convite da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e esposa, para a tradicional Festa de Natal dos Bombeiros com uma Ceia, que se realizou no passado dia 15 de dezembro de 2012; -----
  - Convite do munícipe José Alberto Sá, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para o lançamento do seu 3.º livro “A luz que nos acompanha”, que se realizou no passado dia 22
-



- de dezembro; -----
- E-mail da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando do adiamento do “Sarau Cultural em Vigília”, programado para 13 e 14 de dezembro, para o dia 5 de janeiro de 2013; frente ao Palácio de Belém, para suscitar a reflexão do Sr. Presidente da República perante a promulgação da Lei referente à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias;-----
  - E-mail do Sr. Secretário-Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo a circular n.º 163/2012-PB, dando a conhecer as comunicações dirigidas à Senhora Presidente da Assembleia da República e aos senhores Presidentes dos Grupos Parlamentares, sobre o Projeto de Lei n.º 320/XII, referente à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias”; -----
  - E-mail do Assessor Jurídico do Gabinete da Presidente da Assembleia da República, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, comunicando que a Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território (UTRAT) apresentou à Assembleia da República os pareceres e notas informativas relativos aos municípios que tinham apresentado “pronúncias desconformes”, no âmbito da reorganização administrativa das freguesias situadas no território de Portugal continental;-----
  - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 26 de novembro de 2012;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Mealhada, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo teor da moção sobre a pronúncia daquele Órgão sobre a proposta de reorganização administrativa respeitante ao Concelho de Mealhada, apresentada pela Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território; ----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para estar presente na sessão ordinária que aquela Assembleia realizou no dia 18 de dezembro de 2012, bem como indicando a Ordem de Trabalhos dessa sessão;-----
  - Carta do Movimento de Cidadãos independentes pelo Sim, de Milheirós de Poiares, ao Sr.





Presidente da Assembleia Municipal, de demonstração de repúdio e desagrado pelo atropelo à democracia na votação ocorrida na sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 28 de setembro de 2012, sobre a integração da Freguesia de Milheirós de Poiares no Município de São João da Madeira;-----

- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 28 de dezembro de 2012, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 28 de dezembro de 2012, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
- E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Souto – António Pinho, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2012, pelo que se fazia representar pelo Tesoureiro daquela Junta – Zeferino Santos;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 28 de dezembro de 2012; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, relativo a adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 28 de dezembro de 2012; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 28 de dezembro de 2012;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Idalina Sá Abreu, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2012, por motivos pessoais, requerendo, por esse motivo, a sua substituição na sessão, nos termos legais; -----
- E-mail da Sr.<sup>a</sup> Presidenta da Junta de Freguesia de Espargo – Susana Correia, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão



- ordinária da Assembleia Municipal de 28 de setembro de 2012, pelo que se fazia representar pelo Secretário daquela Junta – Nelson Resende Costa;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Telmo Gomes, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2012, por se encontrar ausente, solicitando, por esse motivo, a sua substituição na sessão, nos termos legais; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Richard Neves, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, requerendo, nos termos legais, ser substituído nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2012; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – António Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2012, solicitando a sua substituição na sessão, nos termos legais;-----
  - E-mail da Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando que a cidadã eleitora Alexandra Sousa, que havia sido designada pela Assembleia Municipal para a modalidade alargada daquela Comissão, apresentou a sua demissão por indisponibilidade laboral, solicitando, por isso, que a Assembleia Municipal proceda à substituição da mesma;-----
  - Diversos jornais, revistas e cartões de Boas Festas.”-----

**PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* informou que deram entrada na Mesa cinco moções, uma apresentada pela deputada municipal Carla Pinto (PS) e as restantes pelo membro Nuno Serrano (BE), bem como um voto de louvor, igualmente apresentado pelo membro Nuno Serrano. Referiu que seria feita a leitura dos referidos documentos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais, para se pronunciarem sobre os mesmos. Pediu, em seguida, a um dos Secretários da Mesa para efetuar a leitura dos documentos supramencionados, cujos teores, seguidamente, se transcrevem:-----

*Moção apresentada pela deputada municipal Carla Pinto (PS):*-----

“MEGA AGRUPAMENTOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE ST.ª MARIA DA FEIRA / EB 2,3 DR. FERREIRA DE ALMEIDA E DAS EB 2,3 DE LOUROSA E DE ARGONCILHE -----



Considerando que: -----

1- A Lei de Bases do Sistema Educativo preconiza que, na administração do sistema educativo e das escolas, devem prevalecer critérios de natureza pedagógica sobre quaisquer outros;-----

2- A anunciada reestruturação tem por base razões essencialmente economicistas visando, através da concentração de serviços e de órgãos na escola sede, a redução de custos com os cargos de direção e com o pessoal docente e não docente; -----

3- Não se vislumbra qualquer racionalidade pedagógica nestes mega agrupamentos que resultam da fusão de escolas com identidades e culturas próprias; -----

4- Num mega agrupamento com milhares de alunos não é possível o reforço das relações interpessoais e a criação de um sentimento de pertença a uma comunidade que permitam favorecer a inclusão e combater o abandono e o absentismo; -----

5- Está prevista a construção de uma EB 2,3 com Secundário na cidade sede do município; ----

6- Não está prevista a abertura do ensino secundário nas EB 2,3 de Lourosa e de Argoncilhe;--

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira propõe para discussão e aprovação o seguinte: -----

Que esta Assembleia Municipal expresse aos órgãos competentes (DREN/ Secretário de Estado da Educação/ Ministro da Educação e Primeiro-Ministro) o seu total desacordo em relação a este processo com os fundamentos seguintes:-----

a) Existência de risco de perda de qualidade do ensino pelo desaparecimento de uma gestão de proximidade ora existente;-----

b) Perigo de instabilidade no seio da população escolar, dada a dimensão destas unidades orgânicas;-----

c) Existência de projetos educativos na Escola Secundária de Santa Maria da Feira e nas EB 2,3 Ferreira de Almeida, EB 2,3 de Lourosa e Argoncilhe dificilmente conciliáveis num espaço de tempo extremamente reduzido;-----

d) Construção de uma EB 2,3 com Secundário na cidade sede do município;-----

e) Ausência de perspectiva de abertura do ensino secundário nas EB 2,3 de Lourosa e de Argoncilhe;-----

f) Dúvidas no futuro regime jurídico a aplicar aos funcionários dos estabelecimentos de ensino em causa, com eventual perspectiva da perda de alguns dos postos de trabalho



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

existentes.” -----

-----  
*Moção apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE):* -----

“FORNECIMENTO DE PEQUENOS-ALMOÇOS E LANCHES GRATUITOS NAS ESCOLAS DO CONCELHO -  
Refletindo na situação social que se vive no País e concretamente no concelho de Santa Maria da Feira, no agravamento das dificuldades financeiras, no número de desempregados que por dia tem aumentado exponencialmente no concelho e cientes de que é necessário implementar uma política social que ajude a inverter o ciclo, especialmente que proteja as crianças e jovens. -----

Sendo público os casos de crianças que vão para a escola sem tomar pequeno-almoço e que têm na cantina escolar a única refeição decente e equilibrada durante o dia, outras existem que perto do final do primeiro período ainda não dispunham manuais escolares. -----

As crianças não vivem nem viveram acima das suas possibilidades, não têm que ser solidárias nos sacrifícios com os adultos que os arrastaram para estas situações de fome e exclusão social, não podemos pedir que emigrem, nem dizer-lhes que passar fome é uma oportunidade para um futuro melhor. -----

Recentemente foi reconhecido pelo departamento de Ação Social da Câmara em sede de Conselho Municipal de Segurança, que a situação social na Feira se irá agudizar ainda mais com a aprovação do Orçamento de Estado para 2013, ao que a proposta de Orçamento Municipal dá seguimento reduzindo os cabimentos para este departamento. -----

Por tudo isto, a Assembleia, reunida a 28 de dezembro de 2012, -----

1. Delibera que o executivo da Câmara Municipal crie um plano para fornecimento de pequenos-almoços e lanches gratuitos nas escolas do Concelho. -----
2. O plano deverá iniciar-se por um célere e rigoroso levantamento dos casos mais prementes no concelho, recorrendo às Juntas de Freguesia e Agrupamentos de Escolas para obtenção de informação o mais precisa possível e de forma continuada, que permita a monitorização constante das situações e erradicar imediatamente os novos focos. Para todas as situações verificadas deverão ser abertas as cantinas escolares ou outros locais para proporcionar a estas crianças o pequeno-almoço, o almoço e quando frequentarem as aulas extracurriculares no primeiro ciclo, o lanche. -----
3. O reforço dos ativos humanos para assistência no apoio social são paralelamente de -----



importância extrema, para dar suporte à necessária intervenção, em especial o apoio psicológico, onde o nosso concelho tem bastantes carências tanto ao nível dos agrupamentos de escolas como nos locais de prestação de serviços primários de saúde.” -----

*Moção apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE):* -----

POR UMA POLÍTICA SOCIAL DE HABITAÇÃO NO CONCELHO -----

Numa recente reunião de Câmara de Santa Maria da Feira, uma munícipe denunciou que há doze anos que está à espera que lhe seja atribuída uma habitação. Disse que a resposta ao seu pedido tem sido sempre a de que a sua situação se qualifica para receber este tipo de apoio social, no entanto, até agora, ainda não o recebeu. -----

A própria Câmara Municipal, pela voz da presidente em exercício na altura, admitiu a demora, acrescentando até que existem outros casos mais urgentes em espera, admitindo aquilo que era, afinal, uma evidência: a Câmara Municipal não consegue dar resposta social ao nível da habitação no concelho. Pois se tem uma fila de espera com casos urgentes a necessitar de habitação, casos que se qualificam para a atribuição dessa mesma habitação, porque razão se espera doze anos? -----

A resposta é simples: falta habitação social no concelho de Santa Maria da Feira e faltam programas que promovam o arrendamento a baixo custo. E não, o chamado Mercado Social de Arrendamento do chamado Programa de Emergência Social do governo PSD e CDS não serve como resposta, tendo em conta que tem apenas cerca de 15 imóveis do concelho, com rendas que variam entre os 250 € e os 400 €. Como se compreende, é muito pouco social, esse programa! -----

É necessário que a Câmara garanta que todas as pessoas do concelho têm direito a uma habitação condigna, principalmente quando vivemos uma realidade em que as famílias perdem, dia a dia, o seu ordenado e as suas casas. -----

Assim, esta Assembleia, reunida a 28 de dezembro de 2012, -----

1. Delibera a necessidade de construção de mais habitação para fins sociais no concelho de Santa Maria da Feira, tendo em conta que as existentes são manifestamente insuficientes; -----
2. Delibera a criação de uma bolsa social de arrendamento, com rendas a custo controlado, a partir de imóveis devolutos no concelho.” -----



*Moção apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE):*-----

“AQUISIÇÃO DE UM PROJETOR DIGITAL PARA A BIBLIOTECA -----

O Cineclube da Feira consegue, desde há vários anos a esta parte, garantir uma programação regular durante todo o ano, fidelizando público do concelho e da região em torno do cinema. -- Esse esforço de programação regular – que fura o esquema tantas vezes apresentado no concelho de Santa Maria da Feira de grandes eventos pontuais e pouca programação diária ou semanal – deve ser louvado e incentivado; no entanto é um esforço que corre perigo de desaparecer. Não porque o Cineclube da Feira queira deixar de programar, mas sim porque encontra dificuldades que o ameaçam.-----

Como já foi amplamente divulgado na imprensa local, neste momento o Cineclube da Feira necessita de um projetor digital, uma vez que cada vez mais filmes saem em digital e não em película. Só com esse projetor é que o Cineclube pode continuar a programar semanalmente, caso contrário pode vir a programar cada vez menos e pode mesmo suspender a sua atividade. Posta esta situação e tendo em conta o trabalho que o Cineclube realiza, esta Assembleia, reunida a 28 de dezembro de 2012,-----

1. Delibera a aquisição de um projetor digital por parte da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e sua instalação na Biblioteca Municipal.” -----

*Moção apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE):*-----

“REPÚDIO PELA CRIAÇÃO DE COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS PARA CLIENTELAS PARTIDÁRIAS - No início do mês de Dezembro, o PSD e o CDS-PP extinguiram, de uma assentada, mais de 1000 freguesias no País. Disseram sempre que era uma medida para poupar dinheiro, ainda que o gasto do Orçamento de Estado com transferências para freguesias fique nos 0,1% e ainda que a maior parte das freguesias que eliminaram não tivessem sequer eleitos a tempo inteiro. -----

No entanto, insistiram na toada e decretaram o fim de milhares de órgãos democraticamente eleitos, ao arpejo daquilo que era a vontade das populações. Também em Santa Maria da Feira, PSD e CDS-PP sempre se mostraram muito solícitos quando mandatados para extinguir freguesias. Acabaram com 10 freguesias do concelho.-----

Acontece que estes mesmos partidos que exigiram o fim de tantas freguesias por razão de poupança, decidiram aprovar a implantação de Comunidades Intermunicipais – CIM, uma



espécie de órgão intermédio, acima das Câmaras e abaixo da Administração Central. Essas CIM contarão com cargos executivos a tempo inteiro, remunerados a cerca de 4000 € cada um, acrescentando a isto o facto de estes cargos não serem eleitos diretamente pela população. --- Depois de virem extinguir muitas centenas de freguesias no País dizendo que era para poupar trocos, vão, afinal, distribuir entre 40 a 100 novos tachos, pelo País fora, com remunerações de 4000 € por mês. -----

É uma proposta vergonhosa para a democracia e para a transparência, tendo como único objetivo garantir empregos para os amigos do partido. -----

Por tudo isto, a Assembleia, reunida a 28 de dezembro de 2012, -----

1. Repudia e rejeita a implantação das Comunidades Intermunicipais.” -----

*Voto de louvor apresentado pelo membro Nuno Serrano (BE):* -----

“LOUVOR AO FESTIVAL LUSO-BRASILEIRO -----

A edição de 2012 do Festival Luso-Brasileiro, programado e organizado pelo Cineclube da Feira, voltou a mostrar não só a importância do evento para o concelho e para a região, como mostrou também a importância da programação e do trabalho feito pelo Cineclube da Feira. --- Com muitas sessões e com o objetivo tanto de homenagear os consagrados, como de descobrir os novos talentos no cinema português e brasileiro, o Festival Luso-Brasileiro é incontornável na cena cultural da região. -----

Muitas das sessões realizadas durante essa semana conheceram salas completamente cheias, o que é de louvar, principalmente depois de um ano e numa altura que não é particularmente fácil para o Cineclube da Feira, como se sabe! -----

Por tudo isto, a Assembleia, reunida a 28 de dezembro de 2012, -----

1. Faz um voto de louvor ao Festival Luso-Brasileiro e ao trabalho do Cineclube na realização deste evento.” -----

Interveio a deputada municipal **Carla Pinto** (PS) para fazer uma breve apresentação da sua moção, dizendo que com a mesma se pretende que a Assembleia Municipal, ao aprová-la, expresse aos órgãos competentes o seu total desacordo em relação ao processo da constituição dos mega agrupamentos em causa, com os fundamentos constantes da mesma moção. -----  
Relativamente ao primeiro fundamento, a existência de risco de perda de qualidade do ensino



pelo desaparecimento de uma gestão de proximidade ora existente, referiu que as escolas em questão distam entre si em alguma distância e que, portanto, não se compreende a sua junção.- Quanto ao fundamento que fala no perigo de instabilidade no seio da população escolar, dada a dimensão das unidades orgânicas, frisou ser sabido que só diminuindo o número de alunos por escola se consegue promover uma relação de proximidade, sublinhando que se está a caminhar exatamente no sentido contrário. -----

Salientou que um outro fundamento é a construção de uma escola EB 2,3 com Secundária na cidade sede do Município, ressaltando não entender a pretensão de junção da Escola Secundária com a EB 2,3 do Cavaco quando está prevista a construção dessa escola na cidade sede. Frisou que somente após a construção da escola é que faria sentido falar-se da reorganização do sistema educativo. -----

Sobre a alínea e) da moção – a ausência de perspectiva de abertura do ensino secundário nas EB 2,3 de Lourosa e de Argoncilhe – referiu que um dos argumentos para os mega agrupamentos é que os mesmos tenham todos os ciclos de ensino, salientando então que, não estando previsto o ensino secundário, essa premissa já não se cumpre. -----

Quanto ao fundamento que fala nas dúvidas no futuro regime jurídico a aplicar aos funcionários dos estabelecimentos de ensino em causa, com eventual perspectiva da perda de alguns dos postos de trabalho existentes, sublinhou que, havendo junção, só haverá necessidade de um diretor, em vez de dois, ressaltando que com esse exemplo pretende demonstrar que haverá uma redução ao nível dos postos de trabalho. -----

Concluiu dizendo que, pelos motivos que explicou, entendeu conveniente submeter a moção à discussão e votação da Assembleia Municipal.-----

-----  
Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE), que começou por dizer que o voto de louvor ao trabalho levado a cabo pelo Cineclube no Festival Luso-Brasileiro é mais do que merecido, dado o sucesso do Festival ao longo dos anos, e comprovado com o sucesso na edição de 2012. Referiu que para a continuação desse sucesso e para permitir, também, o alargamento da programação habitual do Cineclube, a aquisição de um projetor digital para a Biblioteca é fundamental, ressaltando que a sua não aquisição é condenar o Cineclube à suspensão da sua atividade. -----

Sobre a moção por uma política social de habitação no Concelho, salientou que nos tempos





que decorrem é por demais evidente a sua premência, ressaltando que, ao contrário do que dizem os governantes do País e a própria Câmara Municipal, o desconto para o arrendamento a baixo custo é insuficiente, fazendo sobressair que basta procurar nos sítios da internet para comprovar esse dado. Disse que, no caso do Concelho de Santa Maria da Feira, são cerca de quinze os imóveis e que a renda varia entre os 250 e os 400 euros, sublinhando que tais valores são muito pouco sociais para o nível salarial que, infelizmente, existe no Concelho.----  
Relativamente à moção que aborda a questão sobre o fornecimento de pequenos-almoços e lanches gratuitos nas escolas do Concelho, disse não ser a primeira vez que o BE apresenta o assunto à Assembleia Municipal, focando que a realidade social que o País atravessa torna evidente essa necessidade, destacando que, nos últimos tempos, são várias as notícias de crianças a desfalecerem nas salas de aula por falta de alimentação. Salientou que os custos desse fornecimento não seriam avultados, antes pelo contrário, frisando que o bem para a comunidade, e para as crianças, seria imenso, e que basta olhar para os municípios vizinhos que fazem esse fornecimento gratuito, mesmo os do PSD, para comprovar isso.-----  
Sobre a moção de repúdio pela criação de Comunidades Intermunicipais para clientelas partidárias, referiu ter sido a que se assistiu nos últimos tempos, frisando que vão ser criados várias dezenas de cargos em administrações intermunicipais, muito bem remuneradas, à medida dos “boys” dos aparelhos partidários e para aqueles que não se vão poder candidatar a nada. Salientou, a propósito, que basta analisar a reforma da administração local e constatar que, na proposta das novas competências das Comunidades Intermunicipais, não fala na eleição dos seus representantes, frisando que isso é uma grave violação da democracia.-----  
Concluindo a sua intervenção, o membro Nuno Serrano disse ser por demais evidente o repúdio que tem o BE pela criação de cargos para os amigos dos aparelhos partidários. -----

-----  
Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) que, começando por aludir à moção sobre os mega agrupamentos, disse que apesar de concordar e de considerar importantes e relevantes alguns dos considerandos, existem, na moção, fatores que não lhe parecem tão razoáveis, informando que, em função disso, se iria abster. -----

Em relação à moção de repúdio no âmbito da criação das Comunidades Intermunicipais, disse julgar que a linguagem usada na mesma não é própria para a Assembleia Municipal e que, mais não fosse, isso bastaria para o levar a votar contra.-----



Sobre a moção respeitante ao fornecimento de pequenos-almoços e lanches gratuitos nas escolas, referiu não saber exatamente o que a Câmara tem implementado nesse âmbito, mas que tinha a ideia de que a mesma estava a desenvolver algumas iniciativas quanto a esse problema. Referiu ser favorável ao que está exposto nessa moção, sob pena de já existirem programas a serem levados a cabo pela Câmara, nesse contexto.-----

A propósito da moção por uma política social de habitação no Concelho, salientou que votava contra por entender que não basta afirmar que é preciso construir habitação social, ressaltando que, antes disso, é preciso racionalizar o que existe, rever os beneficiários e atualizar a situação dos mesmos, bem como saber se existe, ainda, margem de manobra para a atribuição de casas. Frisou que, no seu entendimento, só depois desse trabalho feito e caso se concluísse pela real necessidade de haver um maior número de casas de habitação social no Concelho, é que se avançaria para a construção das mesmas e que, por essa razão, votava contra a moção. - Quanto à moção que fala na aquisição de um projetor digital para a Biblioteca, disse ser favorável a essa aquisição e que considera esse investimento como sendo razoável em função da utilização que esse equipamento viria a ter. Salientou que, de igual modo, votava a favor o louvor ao Festival Luso-Brasileiro apesar de considerar que o mesmo devia ser atribuído ao Cineclube da Feira, ressaltando ser o Cineclube que promove e desenvolve o trabalho para tornar esse Festival num evento importante. -----

-----  
Interveio o membro *António Cardoso* (PS) que começou por fazer alusão à moção apresentada pela deputada municipal Carla Pinto, pelo grupo municipal do PS, dizendo considerá-la muito clara e objetiva e que se prende com a qualidade do ensino. Referiu entender que a moção não merece ser envolvida numa carga política, que se trata de uma moção transversal e que, portanto, considera que não deve haver reservas mentais nem questões políticas na aprovação da mesma. -----

Relativamente às moções apresentadas pelo membro Nuno Serrano disse, quanto à relacionada com o repúdio pela criação de Comunidades Intermunicipais, que o PS não é favorável à criação de tais Comunidades mas não pelas razões expressas pelo Nuno Serrano. Referiu que a questão não se prende com “clientelas”, fazendo sobressair que o PS é contra tal tipo de reforma administrativa, dizendo que a mesma é encapotar a regionalização, sublinhando ser do conhecimento público aquilo que o PS defende acerca da regionalização. --

---



*[Handwritten signatures and initials]*

Sobre a moção a respeito do fornecimento de pequenos-almoços e lanches gratuitos nas escolas, disse que o PS é favorável, mas que gostava de conhecer melhor o que está a acontecer no Concelho, a esse respeito. -----

Quanto à moção que fala da política social de habitação no Concelho, disse que o grupo municipal do PS a votava favoravelmente embora considerando que a mesma peque por não referir o reforço, nomeadamente, de uma melhor gestão da habitação social, da manutenção da habitação social existente, ressaltando que muitas dessas habitações estão maltratadas e a necessitar de intervenções.-----

Em relação à moção sobre a aquisição de um projetor digital para a Biblioteca, disse considerar não fazer sentido fazer uma moção para pedir um projetor, entendendo que tal matéria devia ser considerada num outro momento da Assembleia, e não através de uma moção. Referiu que, apesar disso, o grupo municipal do PS votava favoravelmente essa moção. -----

O membro António Cardoso concluiu a sua intervenção fazendo notar que o grupo municipal do PS também votava, naturalmente, de modo favorável o voto de louvor ao Festival Luso-Brasileiro. -----

-----  
Interveio o membro *José Leão* (PSD) que começou por dizer, a propósito da moção sobre os mega agrupamentos, que tentou que fossem criadas condições para que o grupo municipal do PSD a pudesse votar favoravelmente, solicitando que fossem retirados dois pontos ao teor da mesma. Salientou que, caso fossem retirados esses dois pontos, o teor da moção seria um decalque da posição assumida pela Câmara Municipal perante a DREN e que daria força a essa posição. -----

Referiu que apesar de corroborar inteiramente com as posições nucleares da moção, o grupo municipal do PSD a teria de votar contra por não aceitar os pontos números 2 e 4 da mesma, e que a votaria favoravelmente caso esses dois pontos fossem retirados porque, desse modo, a moção passaria a subscrever a posição que a Câmara tomou perante a DREN. -----

Sobre a moção relativa ao fornecimento de pequenos-almoços e lanches gratuitos nas escolas do Concelho, referiu que a apresentação dessa moção revela um desconhecimento total daquilo que está a ser feito, nessa área, ao nível concelhio, sublinhando que sempre que é detetada uma criança com carência alimentar, quer pela própria escola, quer pela Junta de

---



Freguesia ou por qualquer outra instituição, esse problema é solucionado pela Ação Social da Câmara, por si só ou em conjunto com as IPSS e com as escolas. Referiu que essa moção demonstra, ainda, um desconhecimento do Programa Escolar de Reforço Alimentar (PERA) implementado pelo Governo, que tenta resolver todos os casos de insuficiências alimentares que sejam identificados nas escolas. Fez notar que o grupo municipal do PSD votava contra essa moção por considerar que a mesma não faz sentido.-----

O membro José Leão prosseguiu a sua intervenção dizendo, a propósito da moção que fala na política social de habitação no Concelho, que tem que haver coerência e que não se pode estar constantemente a dizer que a Câmara não pode lançar tantas taxas, que tem que reduzir as taxas do IMI e da Derrama, diminuindo a receita municipal e, depois, pretender que a Câmara resolva o problema de todos os seus municípios, nomeadamente problemas cuja resolução envolve grandes investimentos, como é o caso da habitação. -----

A esse respeito, disse que Câmara Municipal de Santa Maria da Feira fez, no devido tempo, algo que não deve ter sido secundado em muitos concelhos do País, que foi inventariar todas as necessidades reais de habitação social e, mediante isso, construir exatamente o número de fogos correspondente ao número de famílias que habitavam em barracas ou em casas sem o mínimo de condições de habitação. Referiu que a Câmara não pode estar, constantemente, a construir habitação social porque, caso o fizesse, ficaria sem dinheiro para as muitas outras coisas que são reclamadas pelos partidos da oposição, fazendo notar que o grupo municipal do PSD votava, também, contra essa moção.-----

Sobre a moção relativa às Comunidades Intermunicipais, referiu que o membro Nuno Serrano quer mesmo que não haja a mínima hipótese de analisar outra postura que não o voto contra, frisando que, desde logo pelo título dessa moção, o membro Nuno Serrano está a admitir que a legislação visa criar clientelas partidárias. Saliou também ser contra as clientelas partidárias, fazendo contudo sobressair que o BE, ao fazer política desse modo, não passará da pequenina percentagem de pessoas que ainda acreditam que o BE quer alguma coisa de bem para o Concelho de Santa Maria da Feira.-----

Quanto à questão relativa à aquisição de um projetor digital para a Biblioteca, sublinhou que a Câmara e o Cineclube da Feira têm tido, ao longo dos anos, uma relação umbilical, realçando que, se calhar, o cinema existe no Concelho pelo trabalho do Cineclube da Feira mas que o Cineclube presta o serviço que presta porque tem tido o apoio incondicional da Câmara



Municipal. Disse não considerar de bom-tom a Assembleia estar a dizer à Câmara para comprar este ou aquele equipamento ao Cineclube, ressaltando que a Câmara tem mantido uma relação muito profícua com aquele Cineclube. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro José Leão disse que o grupo municipal do PSD votava favoravelmente o voto de louvor ao Festival Luso-Brasileiro, embora também considerasse que o mesmo devia ser dirigido ao Cineclube da Feira pelo trabalho que realiza no âmbito desse Festival. -----

A deputada municipal **Carla Pinto** (PS) pediu a palavra, o que lhe foi concedido. Referiu, a propósito da moção que apresentou sobre os mega agrupamentos, que fazia questão de ler os pontos números dois e quatro da moção para que todos ficassem a saber quais as razões para que o PSD a votasse contra, passando a ler esses dois pontos cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“2 - A anunciada reestruturação tem por base razões essencialmente economicistas visando, através da concentração de serviços e de órgãos na escola sede, a redução de custos com os cargos de direção e com o pessoal docente e não docente”. -----

“4 - Num mega agrupamento com milhares de alunos não é possível o reforço das relações interpessoais e a criação de um sentimento de pertença a uma comunidade que permitam favorecer a inclusão e combater o abandono e o absentismo”. -----

Relativamente ao ponto número dois, questionou qual a razão para a criação dos mega agrupamentos, a não ser para poupar custos, frisando que não são criados, com certeza, por razões pedagógicas. -----

Quanto ao ponto quatro, disse saber do que está a falar, ressaltando que com 3200 alunos não se pode criar uma relação de proximidade. -----

Concluindo, a deputada municipal Carla Pinto disse ter lido os dois motivos apontados pelo PSD para votar contra essa moção. -----

O membro **Nuno Serrano** (BE) pediu a palavra, o que lhe foi concedido. Sobre a afirmação de que a Câmara Municipal fez, há vários anos atrás, o levantamento das necessidades da habitação social do Concelho, disse que a questão reside exatamente nesse facto, sublinhando que, hoje em dia, as necessidades não são as mesmas de há uma década e, daí, ser necessária



uma nova política social para a habitação. -----

Em relação à questão das Comunidades Intermunicipais, o membro Nuno Serrano referiu que, conforme está a proposta de lei, tais comunidades mais não são do que a criação de cargos para os autarcas que já não podem ser eleitos. -----

O membro *José Leão* (PSD) pediu a palavra, o que lhe foi concedido. Sobre a moção relativa aos mega agrupamentos, disse que, na sua intervenção anterior, falou realmente que havia solicitado para que fossem retirados os pontos números 2 e 4 da moção, mas que se queria referir à alínea f) da moção, como já havia falado oportunamente com o membro António Cardoso, ou seja, a alínea que diz “dúvidas no futuro regime jurídico a aplicar aos funcionários dos estabelecimentos de ensino em causa, com eventual perspetiva da perda de alguns postos de trabalho existentes”. -----

A respeito dessa alínea, referiu que os membros da Assembleia têm de estar preocupados com a qualidade do Ensino no Concelho de Santa Maria da Feira e não em aspetos como a redução de dois diretores para um, sublinhando não ser esse tipo de preocupações que os membros da Assembleia Municipal devem ter. -----

Salientou que o PS pretende incluir as razões economicistas, dizendo querer lembrar, a esse respeito, que foi o PS que desencadeou o processo dos mega agrupamentos ao ter assinado, com a troika, a constituição dos mesmos e que, agora, o PS pretende passar incólume na aplicação daquilo que assinou e contratualizou com a troika, frisando que essa situação o PSD não aceita. -----

Fez sobressair que a Câmara Municipal tem tratado o assunto dos mega agrupamentos com toda a clareza e que o PS apenas está, com a apresentação da moção, a secundar a posição clara que a Câmara tomou perante a DREN. -----

Concluindo, disse ter tentado para que fosse possível o grupo municipal do PSD votar favoravelmente a moção porque corroboraria a posição da Câmara Municipal mas que, não tendo sido esse o entendimento do grupo municipal do PS, a tinha de votar contra. -----

Seguidamente – a pedido do Sr. Presidente da Câmara – interveio a Sr.<sup>a</sup> vereadora do Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, *Cristina Tenreiro*, para dar alguns esclarecimentos a propósito da situação respeitante ao fornecimento de pequenos-almoços e



lanches gratuitos nas escolas.-----

A esse respeito, a Sr.<sup>a</sup> vereadora disse que a Câmara, ciente da situação complexa que o País atravessa ao nível social, encetou, no início do ano letivo, um conjunto de iniciativas no sentido de sinalizar todas as crianças com carência alimentar. Frisou que tais situações, depois de sinalizadas, são convenientemente tratadas, ressaltando que a comunidade educativa tem uma rede de apoio para fornecer pequeno-almoço, almoço ou lanche a essas crianças. Sublinhou que a Câmara, através da sua Divisão da Educação, em conjunto com a Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida, acautelou essa situação desde o início do ano letivo, frisando que toda a comunidade educativa está alerta. -----

Disse que queria, também, fazer alusão ao já mencionado Programa Escolar de Reforço Alimentar (PERA), implementado pelo Ministério da Educação, dizendo que, enquanto às câmaras municipais compete abranger o Pré-escolar e o 1.º Ciclo do ensino básico, esse Programa tem a finalidade de sinalizar as crianças dos 2.º e 3.º Ciclos, sendo-lhes atribuído um suplemento alimentar com a colaboração de vários parceiros, nomeadamente de hipermercados e empresas da área alimentar.-----

Concluindo a sua intervenção, a vereadora Cristina Tenreiro disse que tais ações não têm muita divulgação uma vez tratar-se de um problema que exige o maior sigilo, para que tais crianças não se sintam minorizadas.-----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por abordar o voto de louvor ao Festival de Cinema Luso-Brasileiro para dizer que, apesar de concordar com o mesmo, considera que seria da maior justiça que, juntamente ao Cineclube da Feira, esse louvor fosse estendido a quem paga o Festival.-----

Quanto à questão do projetor digital referiu que a Câmara, naturalmente, dialoga com o Cineclube da Feira e, caso entenda que é de apoiar a compra de um projetor, que o poderá vir a fazer. Salientou, contudo, que não pode ser esquecido que existe uma associação, que é o Cineclube, e que existe uma entidade que lhe cede o espaço gratuitamente, que é a Biblioteca, mas que não tem que ser essa outra entidade, por ser dona do espaço, a ter de criar todas as condições ao Cineclube.-----

Frisou que se as associações concelhias querem ter a sua sede ou se querem ter determinados equipamentos, têm que fazer o seu esforço, dizendo considerar que essas situações têm de ser

---



entendidas no global das associações do Concelho e não no caso particular do Cineclub. -----  
Relativamente à habitação social, referiu ser fácil pedir à Câmara a construção de 500 casas para este ano e, para o ano, voltar-se a pedir a construção de mais casas de habitação social porque continuará a haver, infelizmente, muita gente necessitada. Recordou que a Câmara é proprietária de cerca de 850 fogos de habitação social, focando que essas habitações começam a precisar de recuperação e que esse esforço tem de ser feito pela Câmara. -----  
Salientou ter havido, efetivamente, uma fase em que a Câmara construiu habitação social para erradicar bairros de barracas que existiam distribuídos pelas diversas freguesias, fazendo sobressair que tais bairros foram, de um modo geral, erradicados do Concelho. -----  
Frisou que, todavia, a política atual da Câmara é outra, informando que o que a Câmara tem feito, em parceria com as Juntas de Freguesia e com as IPSS do Concelho, é a recuperação de algumas casas que não têm condições de habitabilidade. Informou que, muitas das vezes, os proprietários das casas não têm as mínimas condições financeiras para fazer a recuperação das mesmas e que a Câmara, em colaboração com as entidades que mencionou, tem ajudado a fazer a recuperação dessas casas. -----  
Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara disse considerar que essa moção, relativa à política social de habitação, não tem, no Concelho de Santa Maria da Feira, razão de ser. -----

*Saiu o membro Gastão Valente Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Escapães.* -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter a votação as moções apresentadas, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----  
– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 24 votos a favor da moção (PS: 20, BE, CDU, PSD: 2), 32 votos contra (PSD: 30, PS: 1, Ind.), e 2 abstenções (CDS-PP, PSD:1), rejeitar a moção apresentada pela deputada municipal Carla Pinto (PS), intitulada “Mega Agrupamentos da Escola Secundária de St.ª Maria da Feira / EB 2,3 Dr. Ferreira de Almeida e das EB 2,3 de Louros e de Argoncilhe”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----  
– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor da moção (PS: 16, BE, CDU), 36 votos contra (PSD: 33, PS:1, CDS-PP, Ind.), e 4 abstenções (PS), rejeitar a





moção apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE), intitulada “Fornecimento de pequenos-almoços e lanches gratuitos nas escolas do Concelho”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 14 votos a favor da moção (PS: 12, BE, CDU), 38 votos contra (PSD: 33, PS: 3, CDS-PP, Ind.), e 6 abstenções (PS), rejeitar a moção apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE), intitulada “Por uma política social de habitação no Concelho”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

*Entrou o membro Manuel Joaquim Batista Cardoso – Presidente da Junta de Freguesia de Gião.* -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor da moção (PS: 16, BE, CDU), 37 votos contra (PSD: 34, PS: 2, CDS-PP), e 4 abstenções (PS: 3, Ind.), rejeitar a moção apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE), intitulada “Repúdio pela criação de Comunidades Intermunicipais para clientelas partidárias”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 votos a favor da moção (PS: 20, BE, CDU), 34 votos contra (PSD: 33, Ind.), e 3 abstenções (CDS-PP, PSD: 1, PS: 1), rejeitar a moção apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE), intitulada “Aquisição de um projetor digital para a Biblioteca”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 59 dos 64 membros que compõem este Órgão, aprovar o voto de louvor apresentado pelo membro Nuno Serrano (BE), intitulado “Louvor ao Festival Luso-Brasileiro”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Ultrapassada a discussão e votação das moções e do voto de louvor, o *Sr. Presidente da Assembleia* abriu as inscrições para intervenção neste Período de Antes da Ordem do Dia. Registadas as inscrições pela Mesa, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten mark]*

membro António Cardoso.-----

-----  
Usou da palavra o membro *António Cardoso* (PS), que começou por dizer que a primeira questão que tinha a colocar é relacionada com o abate maciço de árvores levado a cabo na zona interior do Concelho, nas freguesias de Milheirós de Poiares, Pigeiros, Romariz, Vale, Louredo, e outras, frisando que se está a destruir a floresta de forma anárquica. Nessa medida, questionou se a Câmara tem conhecimento desses abates e, se sim, se os serviços municipais estão a acompanhá-los e se está a ser feita a devida reflorestação. Salientou que caso a Câmara não tenha conhecimento dessa situação e não esteja a fazer o devido acompanhamento, então que a mesma deveria informar a Direcção-Geral dos Recursos Florestais para que essa entidade fizesse esse acompanhamento.-----

Referiu que o segundo assunto se prendia com o Parque Empresarial de Recuperação de Materiais (PERM), dizendo só lhe ter sido possível ter conhecimento da planta do PERM na noite de ontem, e que solicitou, na manhã de hoje, através do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, um pedido de informação no âmbito desse assunto. Disse não ter recebido esses esclarecimentos, agradecendo, no entanto, ao Sr. Presidente da Assembleia pela celeridade que teve ao reencaminhar esse pedido aos Srs. Presidente e Vice-Presidente da Câmara, e reconhecendo, também, que provavelmente não terá havido tempo para que lhe fossem dados esses esclarecimentos.-----

Referiu que, então, aproveitava a oportunidade para recolocar as mesmas questões, salientando que tem havido um grande movimento de terras na zona do PERM e que, pelo que teve conhecimento, uma das marcas rupestres, sinalizadas pelo Estudo de Impacto Ambiental, terá sido afetada por esse movimento de terras. Disse que essa situação, a confirmar-se, é grave, solicitando ser esclarecido quanto a essa matéria.-----

Ainda no âmbito do PERM, disse que desapareceram os sobreiros que lá existiam, questionando se os mesmos foram replantados, ressaltando que no PERM existem zonas verdes que seriam bons locais para se fazer a transplantação dos sobreiros.-----

Ressaltou que, para além dos sobreiros, também desapareceu uma nascente de água que existia na zona do PERM.-----

Disse ter, também, questionado se os serviços de Arqueologia da Câmara ou do IPAR tiveram conhecimento do início dos trabalhos do PERM e se estão a acompanhar os mesmos.-----

---



*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten circled '1']*  
*[Handwritten 'C']*

Frisou ser muito cético quanto ao processo do PERM e que, por isso, tem procurado acompanhá-lo a par e passo, dizendo que estará atento a qualquer coisa que se pretenda fazer naquela zona. -----

Concluindo a sua intervenção, solicitou ser esclarecido quanto às questões que colocou, dizendo esperar que esta sua intervenção tenha chegado a tempo de impedir a destruição das marcas rupestres identificadas e cadastradas no IPAR, deixando à Mesa, nesse âmbito, cópia de uma planta para que a fizesse chegar ao Sr. Presidente da Câmara – entrega essa que a Mesa efetuou de imediato. -----

-----  
Interveio o membro *Pedro Almeida* (CDU) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Como também já vem sendo hábito nesta quadra, foi, uma vez mais, confirmado que o preço da água em Santa Maria da Feira continua no pódio das mais caras do País, segundo apontam as conclusões do estudo elaborado pela Associação Portuguesa da Distribuição e Drenagem de Águas. A presença sistemática e persistente do Município em posições de topo de tabela neste ranking é, para a CDU, um sério motivo de preocupação, pelo que representa em matéria de estratégia municipal e, sobretudo, pelo que significa em termos de hostilidade para com os munícipes. Sistemáticamente calha-nos esta fava, e as entidades competentes (a Câmara Municipal ou a Indáqua) veem-se na obrigação de vir a público desmentir estes resultados – mas, e porque onde há fumo há fogo, alguma coisa se passa com os preços da água em Santa Maria da Feira: quer o Executivo esclarecer esta Assembleia sobre o que correu mal em termos de regulação do mercado e preços da água no município, e que razões podem, em seu entender, justificar estes níveis de custos absolutamente intoleráveis com que somos, ano após ano, confrontados? -----

Mantém-se, por outro lado, a política de propaganda oficial da Câmara quanto às iniciativas de entretenimento levadas a cabo. Uma vez mais, o evento “Terra dos Sonhos” foi pretexto para uma ampla campanha de marketing político. -----

Respeitamos quem dá o melhor do seu trabalho para que esta iniciativa se realize, e respeitamos imenso quem dedica o melhor do seu esforço a este projeto. Mas a CDU acredita sinceramente que este não é o caminho para a construção de uma política cultural com futuro, e de futuro. Não acreditamos que este seja um modelo que possa trazer algo de novo, e muito

---



menos algo de valioso para o município. -----  
Por outro lado, questionamo-nos acerca da relação de proporcionalidade entre o esforço financeiro que exige este evento e os respetivos retornos – materiais e imateriais. Contra um pano de fundo de sacrifícios exigidos a toda a população – quando às Juntas de Freguesia é pedido que desliguem a iluminação pública poste-sim-poste-não – qual é o sentido de um evento de entretenimento desta natureza, onde, mesmo durante a noite, centenas de luzes permanecem acesas, com um foco de luz a apontar para o céu (cuja função não se consegue perceber). Quando o território – do qual temos, de facto, uma visão de conjunto – tem cada vez mais recantos escuros, zonas francamente mal iluminadas e inevitavelmente ameaçadoras da segurança pública, este aspeto da “Terra dos Sonhos” é apenas um excelente sintoma ou uma ótima metáfora para o que anda a acontecer há demasiados anos em Santa Maria da Feira. -----

Gostaríamos, por isso, de perguntar ao Executivo se pode avançar com uma estimativa quanto ao montante global de investimento que esta iniciativa representou e qual o retorno financeiro previsto, mas, sobretudo, gostaríamos de saber qual o volume de retorno em capital cultural, de know-how, de cativação de mais-valias e imparidades culturais de tipo permanente. -----

Por último, gostaríamos de obter alguns esclarecimentos quanto ao processo em curso de agregação de agrupamentos escolares. Já todos estamos bem conscientes de que se trata de mais um passo na trajetória de degradação da qualidade dos projetos escolares, um processo marcado pela massificação da relação aluno/comunidade educativa. Há cada vez menos e pior escola, logo agora, quando ela era mais necessária. O rumo concentracionário dita, quase invariavelmente, a desestruturação de hábitos de integração das comunidades. O grau de identificação das redes institucionais com os contextos locais é cada vez menor, graças à flutuação e inconstância a que o governo submete a gestão das estruturas escolares. Quem se ressenteste deste esvaziamento das funções integracionais da Escola são, para dano de todos, os alunos. Por isso, e porque às Autarquias cabe ter uma palavra neste processo, perguntamos: Qual o estado atual do diálogo institucional com vista à definição do novo mapa escolar do município? Que destino será dado, em concreto, à EB 2,3 Fernando Pessoa? -----

-----  
Usou da palavra o membro *Nuno Serrano* (BE) que começou por dizer que a presente sessão é a primeira após a oficialização da extinção de freguesias, dando nota que o Governo copiou



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten mark]*

a triste figura feita pelo PSD de Santa Maria da Feira, que foi obstar, na Assembleia da República, a discussão sobre a extinção das freguesias. Frisou que, porque estava em preparação a realização de diversas manifestações das freguesias que estavam a ser extintas, foi, no debate na Assembleia da República, antecipada a votação dessa matéria, salientando que, mais uma vez ao arrepio dos valores da democracia, foi usada a força da maioria absoluta para impedir a discussão desse assunto. -----

Disse, em seguida, que gostava de saber o que pensa o Sr. Presidente da Câmara relativamente à nova lei das finanças locais, dizendo que a aprovação da mesma estará para breve e, sobre o facto de, com essa lei, Santa Maria da Feira passar a ter um fiscal a controlar as contas do Município. -----

Questionou ao Sr. Presidente da Câmara se tinha novidades a dar quanto à situação do Europarque bem como ao processo da recuperação da pedreira das Penas, em Santa Maria da Feira. Sobre essa pedreira disse que, nos últimos dias, tem-se observado a recolha de lixo recorrendo-se ao uso de pequenos barcos, perguntando ao Sr. Presidente da Câmara se já foi aprovado o plano de recuperação daquela pedreira e se já estava em curso essa recuperação. ---

Referiu que gostava de saber, também, o que pensa o Sr. Presidente da Câmara da iminente proposta, do Ministério da Educação, para que sejam as câmaras municipais a exercer a gestão total de todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar ao secundário. Referiu, nesse âmbito, que continuar-se-á a assistir a uma degradação do estado do ensino público e que o passo seguinte ao modelo proposto é a privatização da escola pública, questionando se o Sr. Presidente da Câmara entende que esse modelo é a melhor solução. -----

Relativamente à rede viária do Concelho, disse que a mesma se encontra num estado calamitoso, questionando que medidas tomou ou vai tomar a Câmara nesse âmbito, principalmente nas zonas intervencionadas pela Indaqua Feira, perguntando, também, quem pagará a recuperação dessas vias, se serão os feirenses ou se a Indaqua Feira será responsabilizada pelas suas obrigações. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Nuno Serrano disse não poder ser esquecido que os municípios feirenses pagam das taxas mais elevadas à Indaqua Feira e que, como tal, a Indaqua Feira tem dinheiro mais do que suficiente para executar a obra em conformidade com o contratualizado.-----

-----  
-----



*[Handwritten signature and initials]*

Em seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, face às questões colocadas. Antes de dar esses esclarecimentos, chamou a atenção para o extrato da ata da reunião camarária de 15 de outubro de 2012, distribuída aos membros da Assembleia, frisando que da leitura da mesma fica claro de quem falou a verdade numa célebre sessão da Assembleia Municipal, em que foi posta em dúvida a palavra do Presidente da Câmara. Referiu que esse extrato não deixa dúvidas sobre essa questão, dizendo que para ele – Presidente da Câmara – o referido nessa ata é o suficiente para clarificar quanto a quem falou a verdade à Assembleia Municipal.-----

Relativamente às questões colocadas pelo membro António Cardoso e quanto à eventual situação de abate generalizado de árvores no Concelho, referiu que a Câmara não tem muito controle sobre isso, sublinhando que a competência da fiscalização e do cumprimento dessas situações é da Autoridade Florestal Nacional. Salientou que o abate maciço de árvores é motivo de preocupação para a Câmara, dizendo, contudo, não conhecer os casos em concreto, admitindo que a Autoridade Florestal Nacional, bem ou mal, tenha dado a devida autorização. Sobre as questões relacionadas com o PERM, disse que pediria ao vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil e Ambiente, por estar mais diretamente ligado ao processo, para dar os devidos esclarecimentos. Ressaltou que, todavia, queria dizer ao membro António Cardoso que a Câmara está disponível para dar as respostas que os membros da Assembleia entenderem, mas que queria deixar claro que o membro António Cardoso pediu os elementos hoje, às 10h04m, tendo o Sr. Presidente da Assembleia, com uma rapidez de louvar, reencaminhado esse pedido para o Presidente da Câmara, às 13h56m. Referiu que ele – Presidente da Câmara – não esteve na Câmara durante a tarde mas que, mesmo que tivesse estado, não se pode ter a pretensão de que o Presidente da Câmara, ou um vereador, tenha de dar uma resposta num intervalo de horas, pedindo que nesses casos fosse dado, pelo menos, um dia à Câmara para dar os esclarecimentos.-----

Relativamente à questão colocada pelo membro Pedro Almeida, sobre o preço da água e do saneamento, disse que teve o cuidado de disponibilizar aos membros da Assembleia, na presente sessão, um documento em que se pode comparar os custos de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos no Concelho de Santa Maria da Feira com os dos concelhos envolventes – documento que se encontrava disponível, no local habitual, para ser levantado pelos membros da Assembleia que o pretendessem, e que fica arquivado juntamente com os



restantes documentos respeitantes a esta sessão. -----

Salientou que no primeiro quadro desse documento é feita a comparação com o Município de Aveiro, referindo que aquele município está a cumprir as taxas da empresa AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A., do Grupo Águas de Portugal. Focou que a diferença não é muita mas que, para um consumo doméstico de 10m<sup>3</sup>, a diferença mensal é de 27 para 33 euros, favorável aos munícipes do Concelho de Santa Maria da Feira. Referiu que tem sido frequente ouvir dizer que a água do Concelho de Santa Maria da Feira é a mais cara, frisando, a esse respeito, que nem sempre uma mentira reproduzida muitas vezes se torna verdade. -----

No que concerne à Terra dos Sonhos, disse ter ficado admirado ao ter visto o membro Pedro Almeida a criticar essa iniciativa, em que existe uma marca efetiva. Referiu que a empresa municipal Feira Viva pagou o que considera ser uma ninharia para ter um canal televisivo, a TVI, a promover, durante uma tarde inteira, o Concelho de Santa Maria da Feira. Frisou que, conforme pode ser analisado no Orçamento da Feira Viva para 2013, a previsão é gastar 230 mil euros na realização da Terra dos Sonhos, chamando a atenção para o facto de a Câmara não atribuir qualquer subsídio à Feira Viva para a realização desse evento. Destacou que a Terra dos Sonhos é autossustentável, não deixando de sublinhar a importância de que mais de 90% dos espetáculos realizados na Terra dos Sonhos são produzidos por pessoas e por associações do Concelho de Santa Maria da Feira, ressaltando que, eventualmente, o membro Pedro Almeida não está a valorizar esse aspeto. -----

Informou, ainda relativamente à edição da Terra dos Sonhos que está a decorrer, que, no dia de hoje, foram ultrapassados os 40 mil visitantes na Terra dos Sonhos, fazendo sobressair que considera falta de inteligência, até na luta política, criticar a Terra dos Sonhos porque isso é atacar o Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Quanto à intervenção efetuada pelo membro Nuno Serrano, disse, a respeito da nova lei das finanças locais, não estar preocupado com a questão do controlador, dizendo que não virá nenhum controlador para o Concelho de Santa Maria da Feira. Referiu, contudo, estar preocupado com as notícias que vão sendo anunciadas, dizendo que, pelo que ouve, a Câmara de Santa Maria da Feira terá de contribuir para um fundo que servirá para apoiar algumas Câmaras em piores circunstâncias. Disse considerar essa situação como sendo injusta, dando nota que o próprio Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses já criticou essa situação, sublinhando que o que está previsto na lei é que os cumpridores, ou os mais



cumpridores, terão de pagar para aqueles que estão em falência técnica. -----

Relativamente à questão do Ensino passar, na sua totalidade, para a responsabilidade das Câmaras, disse não estar preocupado porque isso não acontecerá no Município de Santa Maria da Feira, pelo menos enquanto tiver responsabilidades nos destinos do mesmo. Recordou que, anteriormente, quando o Governo do PS celebrou protocolos com muitas Câmaras para a delegação de competências, a Câmara de Santa Maria da Feira não aceitou celebrar esse protocolo, mencionando que as Câmaras que o celebraram estão, agora, a devolver as competências ao Governo. -----

Relativamente à questão do Europarque, disse ter sido pública a ameaça da Associação Empresarial de Portugal (AEP), sua proprietária, de o fechar, e que a Câmara, em consequência disso, falou com o Governo e com a própria AEP, fazendo sobressair que, apesar do Europarque estar a ter uma promoção e uma ocupação muito reduzida em relação ao passado, também fruto das circunstâncias atuais, a realidade é que continua aberto. -----

Referiu já ter tido a oportunidade de falar sobre essa questão ao Sr. Primeiro-Ministro, informando-o da disponibilidade da Câmara, como parte interessada, para ser uma parceira para encontrar uma solução, informando que o Sr. Primeiro-Ministro ficou interessado pela situação do Europarque. -----

Salientou que, ao contrário do que por vezes se dá a entender, não pretende que seja transferida para a Câmara toda a responsabilidade da manutenção do Europarque, frisando que a última proposta que a Câmara apresentou ao Governo é que a Câmara assume responsabilidades na gestão do Europarque, naturalmente com algumas parcerias, mas com uma condição. -----

Sobre essa condição, disse que os sucessivos Governos têm gasto milhões de euros nas iniciativas que realizam na FIL e no Parque EXPO, entendendo a Câmara que se o Governo transferir 10% dessas iniciativas para o Europarque, representando um retorno para o Europarque na ordem dos 360 a 400 mil euros, o Europarque é gerível. -----

Frisou que essas contas estão feitas pelos técnicos do Europarque e que, com essa garantia do Governo de que transfere 10% dessas iniciativas para o Europarque, então que o mesmo é gerível e, desse modo, a Câmara não tem medo de assumir a parte maioritária na gestão do Europarque. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Câmara pediu ao Sr. vereador Emídio Sousa para responder às





questões colocadas pelo membro António Cardoso, no âmbito do PERM. -----

-----  
Usou da palavra o Sr. vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil e Ambiente, **Emídio Sousa** que, em relação às questões colocadas pelo membro António Cardoso no âmbito do PERM, disse já ter estado no local exatamente por causa da preocupação com a preservação do espaço identificado como tendo vestígios rupestres, fazendo sobressair não ter havido nenhuma intervenção naqueles espaços. Referiu que não se está à espera que haja, ali, alguma intervenção, informando que ainda está a decorrer o processo concursal para selecionar a empresa que irá fiscalizar e acompanhar os trabalhos, salientando que essas áreas identificadas estão a ser alvo de cuidado. Sublinhou, no entanto, que iria ter o cuidado de voltar a verificar se há alguma medição que não esteja correta. -----

Sobre a questão dos sobreiros, disse não ter conhecimento de qualquer abate de sobreiros, realçando que os proprietários dos terrenos têm o direito de querer cortar as árvores e limpar os terrenos. Nesse âmbito, frisou não ser possível fazer a obra do PERM sem movimento de terras, focando tratar-se de um parque empresarial com 44 hectares e dizendo que ainda se está com 30 a 40% da área que vai ser afetada. Frisou que, naturalmente, a vegetação terá que ser limpa e que o plano de reflorestação que existe para o PERM terá que ser cumprido. -----

Ainda no âmbito do PERM deu nota que, no dia 4 de janeiro de 2013, realizar-se-ia a cerimónia do lançamento da primeira pedra do PERM, com a presença do Sr. Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, informando que essa cerimónia seria precedida pela apresentação do respetivo projeto. Fez sobressair que o PERM será, segundo disse julgar, o maior parque industrial da região norte do País, considerando ser um dos investimentos mais virtuosos realizados no País nos últimos anos porque, para além de preservar o meio ambiente, procede ao ordenamento do território e ao desenvolvimento económico, potenciando atividades económicas, a instalação de indústrias bem como a criação de empregos. -----

Disse sentir-se particularmente orgulhoso, também como Presidente do Conselho de Administração da empresa PERM, pelo trabalho desenvolvido no âmbito PERM, dizendo ter sido realizado um trabalho intenso nos últimos 4 a 5 anos para que fossem ultrapassadas algumas burocracias. Deu nota de que o PERM representa um investimento de cerca de 8 milhões de euros a fundo perdido, sublinhando tratar-se de uma parceria público-privada

---



exemplar, destacando que o erário público não sai prejudicado, antes pelo contrário, porque quem corre o risco do negócio é o parceiro privado, desejando que o PERM se torne num exemplo de excelência de parques empresariais no norte do País. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. vereador Emídio Sousa disse que gostava que as pessoas percebessem a importância do PERM para o desenvolvimento do Concelho, agradecendo todos os contributos que foram dados e disponibilizando-se para receber qualquer pessoa que queira fazer algum reparo no âmbito do PERM, dizendo estar sempre disponível para tentar resolver alguma situação que o mereça. -----

*Entrou o membro Manuel Mota Araújo – Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior.* ----

#### **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”**-----

##### **1 – Atas:**-----

- Ata N.º 20 – Sessão Ordinária de 28 de setembro de 2012 -----

- Ata N.º 21 – Sessão Extraordinária de 12 de outubro de 2012 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos senhores membros as atas em epígrafe, que lhes foram oportunamente enviadas, dando nota que não era necessário, na votação das mesmas, fazer o apuramento dos sentidos de voto, tal como estipula o Regimento após as últimas alterações introduzidas, dizendo que os membros que se iriam abster o fariam, certamente, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. -----

Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor das atas, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-as, separadamente, a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 53 votos a favor e 7 abstenções, aprovar a Ata n.º 20 referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 28 de setembro de 2012.-----

Mais deliberou, por maioria, com 52 votos a favor e 8 abstenções, aprovar a Ata n.º 21 referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 12 de outubro de 2012.-----

##### **2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do V Relatório



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*

de 2012, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, bem como a listagem das obras e fornecimentos adjudicados pelo mesmo até ao dia 14 de dezembro de 2012, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado que sobre a mesma não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe. -----

**3 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida (*deliberação da Assembleia de 30/04/2012*) -----**

O Sr. Presidente da Assembleia apresentou o documento em referência – na sequência da deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 30 de abril do corrente ano – oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado que sobre a mesma não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Listagem em epígrafe. -----

**4 – Certificação Legal das Contas do Município de Santa Maria da Feira respeitantes ao exercício de 2011 (*para conhecimento*) -----**

O Sr. Presidente da Assembleia apresentou o documento em epígrafe – a que se refere a deliberação camarária de 10 de dezembro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita – questionando se algum dos membros pretendia colocar alguma questão à Câmara relativamente à matéria em causa. --



Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado que sobre a mesma não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento da segunda Certificação Legal das Contas do Município de Santa Maria da Feira respeitantes ao exercício de 2011 emitida pela Sociedade de Revisores de Contas Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, S.R.O.C., Lda. – a qual passa a integrar o dossier do Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2011 da Câmara Municipal, aprovado na sessão ordinária de 30 de abril de 2012, arquivado na pasta anexa ao livro de atas.-----

*Saíram os membros Jorge Manuel Silva, Armando Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, David Ferreira – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, e António Neves – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas.*-----

**5 – Reorganização dos Serviços Municipais do Município de Santa Maria da Feira**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 13 de dezembro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 54 votos a favor (PSD: 31, PS: 21, CDS-PP, Ind.) e 2 abstenções (BE, CDU), aprovar a Reorganização dos Serviços Municipais do Município de Santa Maria da Feira, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 13 de dezembro de 2012.-----



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*

*Sairam os membros Ângelo Castro e Susana Correia – Presidente da Junta de Freguesia de Espargo. Reentrou António Neves – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas.* -----  
-----

**6 – Mapa de Pessoal para 2013** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar do mesmo, em papel – e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----  
-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 13 de dezembro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----  
-----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 54 votos a favor (PSD: 31, PS: 20, CDS-PP, CDU, Ind.) e 1 abstenção (BE), aprovar o Mapa de Pessoal para 2013 – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----  
-----

**7 – Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2013** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os documentos em epígrafe, cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar dos mesmos, em papel. -----

Em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----  
-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 13 de dezembro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os



*[Handwritten signatures and initials]*

membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

-----  
Interveio o membro *Pedro Almeida* (CDU) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Antes de mais, a CDU gostaria de realçar que, uma vez mais, a Câmara não solicitou expressamente aos grupos municipais o envio de propostas para as Grandes Opções do Plano, como era hábito. Verificamos, lamentando-o, que as práticas de respeito pela pluralidade democrática se têm vindo a esvaziar. Teremos, por isso, que nos limitar a ser espectadores deste documento que nos chega às mãos aparentemente fechado e acabado, exercendo o direito de voto em conformidade com essa condição. -----

E a primeira impressão que resulta da leitura desta Plano e Orçamento para 2013 é uma iniludível sensação de vazio, que se prende com o tom que a Câmara deliberou adotar neste documento: o tom geral é de conformação, abandono da iniciativa, muitas vezes meramente administrativo ou mesmo gestor. O que não impede, por paradoxal que isto possa parecer (e, de facto, é), o culto de um registo autocelebratório, laudativo em causa própria, balofo, muitas vezes meramente propagandístico, onde a autocritica se encontra total e absolutamente ausente. Como não podia deixar de ser, esta combinação redonda num todo vago e impreciso, contraditório consigo mesmo, caracterizado pela indisfarçável tentativa de empolar artificialmente uma proposta frágil, estruturalmente debilitada, que nenhuma operação de cosmética de marketing consegue dissimular. -----

Ao ler a descrição – rigorosíssima, de resto – da atual situação social, política e económica do País e da região, e dos constrangimentos que a linha governativa impõe à gestão camarária, por exemplo, só nos ocorre perguntar qual é, afinal, o partido que compõe o atual Governo... --

Uma vez mais, a deadline para a conclusão do saneamento básico foi desrespeitada. Trinta anos depois daquele primeiro dia de Alfredo Henriques, o prazo continua a dilatar-se. Nada de novo: os folhetos das últimas autárquicas apontavam para 2011. Não era gralha. Mas a população começa a habituar-se à falta de rigor nos compromissos que os senhores traçam perante os eleitores. E isso é grave. -----

A Ribeira de Rio Maior, cuja obra foi dada como terminada pela SIMRIA em 2008 e entregue à Indaqua para a construção da rede em baixa, continua a apresentar a ribeira com águas pretas – para confirmação, bastará deslocar-se à zona junto ao Museu do Papel. -----



O Uíma, em Fiães, continua a apresentar cargas de esgotos, fazendo com que o rio se apresente saturado de poluentes, para os quais concorrem os já por nós denunciados esgotos domésticos, e que se traduz num cheiro intenso em vários pontos do seu curso.-----

A Mámoa, projeto para cujos riscos inerentes não nos cansámos de alertar, apresenta agora caudais pluviais insustentáveis, em boa medida graças à proximidade da Autoestrada. -----

O Cáster apresenta uma forte carga de biomassa putrefacta (isto é, lamas) ao longo do leito, o qual dificilmente será ainda recuperável. E, já agora, gostaríamos de saber qual o destino da proposta apresentada pelo Professor Costa Lobo para a recuperação da ribeira do Cáster, tão pomposamente anunciada pela Câmara? -----

Por outro lado, quando os apelos à ligação da população à rede de saneamento são tão intensos quanto bem sabem os feirenses, raiando, por vezes, os limiares da intimidação, a pergunta que se impõe é: qual o número de escolas que se mantêm por ligar, a recorrer, ainda, a fossas sépticas?-----

Do lado da rede de água, a Câmara Municipal afirma contar com uma taxa de cobertura de 97%. Mas o que seria interessante – e pertinente, para a correta perspetivação do plano estratégico a adotar em 2013 – era estudar os números da adesão dos munícipes, sobretudo à contraluz dos pontos negros já identificados pela CDU em momentos anteriores (designadamente, a contaminação dos lençóis freáticos em Rio Meão e Lourosa).-----

Lourosa, em cujas pedreiras continua a arrastar-se o suplício do incumprimento. Quando a obra de recuperação do passivo ambiental deveria ter sido iniciada em Agosto de 2011, com um prazo de conclusão de 3 meses, as movimentações no terreno continuam, e a obra parece longe de terminar.-----

Enquanto isso, a mancha verde do município continua a perder qualidade, persistindo, um pouco por todo o território, o abate de árvores de interesse ambiental, sem que haja, até ao momento, um cadastro de espécies arbóreas de interesse ambiental a preservar. Aqui deixamos, desde já, a nossa proposta no sentido da sua concretização.-----

Entretanto, o Executivo enceta todos os esforços em planos-fachada na tentativa desesperada de desviar as atenções. Os sistemas de compostagem, cuja mais-valia num quadro de políticas avançadas de valorização ambiental não pode ser colocada em questão, apresenta-se, em Santa Maria da Feira, como o adereço de gala para uma política inexistente. Sem folclore e sem marketing, a educação ambiental deveria tentar ganhar as crianças em idade escolar, e



incentivar, com um plano mais eficaz e mais eficiente – que passaria pelo alargamento dos pontos de recolha seletiva, ou pela distribuição de equipamento de triagem doméstica –, incentivar as famílias a aderirem a um plano integrado e estrutural de valorização dos resíduos. No entanto, nesta matéria, o Plano e Orçamento é, uma vez mais, omissivo e negligente.-----

Ao fim de vários anos de funcionamento de aulas em contentores pré-fabricados, o que muitos feirenses gostariam de saber, e a CDU solicita daqui ao Executivo que se digne a esclarecer, é quanto já custou ao erário público o aluguer das “salas modulares”, como refinadamente se referem aos contentores. Quanto foi já gasto, na totalidade e por acumulação, com o aluguer destes equipamentos provisórios que se perpetuam nos recreios das escolas? E quanta obra de requalificação poderia esse montante ter financiado, fossem outras as prioridades do Executivo? -----

No plano dos transportes escolares, o cenário repete-se: fraca cobertura, má qualidade, segurança duvidosa, sobrelotação crónica. Perguntamos, pois: para quando um plano integrado de requalificação e adaptação da rede de transportes escolares, correspondendo às necessidades das famílias e garantindo um serviço de qualidade em todo o município?-----

Um dos aspetos mais relevantes da atualidade no panorama educativo, a merecer a nossa maior consideração, prende-se com a repercussão dos efeitos da crise social e financeira das famílias. Por todo o território multiplicam-se os casos de desmaios durante as aulas, e calcula-se que a fome envergonhada alcance proporções insustentáveis. A situação de pobreza que alastra em todo o País exige um acompanhamento mais eficaz por parte da Câmara Municipal. Não chega, já, um programa mínimo de assistencialismo. Cumpre chamar as Juntas de Freguesia à tarefa de identificar as situações de risco potencial (sim, as mesmas Juntas de Freguesia que o Governo PSD quer decepar, e que, pelas competências que lhes são próprias, cumprem um papel absolutamente insubstituível neste processo). -----

Ao nível do pré-escolar, prevê-se a construção de um jardim de infância (no Vale). Gostaríamos de aproveitar para perguntar, também aqui, em que estado se encontra o plano de remoção das coberturas de fibrocimento com amianto em muitas das salas, plano com que o Senhor Vereador Emídio Sousa se comprometera. A CDU tem conhecimento de salas de pré-escolar onde essa cobertura altamente tóxica se mantém, e podemos referir, entre outros, o jardim de infância do Farinheiro, em Fornos.-----





Mas o ano que agora termina ficará inevitavelmente marcado pelo encerramento da Escola de Hotelaria e Turismo em Santa Maria da Feira. Uma grande perda para o município, cujos efeitos assinalámos no momento próprio, e, creio, são hoje por todos reconhecidos. Não podemos, contudo, deixar de sublinhar as consequências persistentes desta medida do Governo cujo partido maioritário é endossado pelo Executivo da Câmara Municipal. Este encerramento significou uma machadada potencialmente fatal para a economia local – para o sector da restauração, aluguer de alojamentos, comércio local, etc. Mau grado a tentativa, por parte da Câmara Municipal, de encontrar expedientes compensatórios, a verdade é que a dinâmica perdida dificilmente se virá a recuperar. Assim, perguntamos: o que perspectiva a Câmara para o futuro do sector do ensino, para o sector do turismo e restauração no município, e como pretende mitigar a perda que representou o encerramento da Escola de Hotelaria e Turismo? -----

Numa outra rúbrica, a ação social e a rede social merecem nota claramente positiva. Mas os esforços envidados pela Câmara continuam a carecer de integração no plano político do governo central. A diversos títulos, a Câmara da Feira substitui funções estratégicas do governo, e, a prazo, isso pode significar o colapso de algumas das funções sociais do Estado a nível local, o que não impediria que os serviços municipais, pela exiguidade de meios e recursos face às tarefas de que estamos a falar, entrasse também em situação de impossibilidade de cumprir estas atribuições, o que significaria, a concretizar-se, a falência de dispositivos de ação social vitais.-----

No plano cultural, temos assistido ao acentuar, ano após ano, de uma retórica muito própria, cada vez mais autorreferencial e, nalguns momentos, deliberadamente narcísica. Chegámos agora ao ponto em que embandeira em haste com a ideia da “marca” do concelho feirense, uma espécie de conceito-écran bastante opaco que dissimula ou procura dissimular algumas fragilidades evidentes na política cultural em Santa Maria da Feira. Com efeito, não faria mal nenhum a este Pelouro preocupar-se um pouco menos com a “marca” feirense e dedicar alguma atenção adicional aos feirenses, nomeadamente, por um lado, ao tecido associativo local, onde persistem as queixas pelos atrasos nos pagamentos dos subsídios devidos, e, por outro, aos jovens públicos para a cultura, que continuam a não dispor senão de uma política cultural enviesada, concentrada nos chamados “eventos-chave” e pouco consolidada ao longo do ano num programa permanente e coerente desde um ponto de vista interno. -----



Em suma, é possível concluir do exposto que não estamos, uma vez mais, perante uma definição estratégica de intervenção do poder local ao serviço das populações. As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013 espelham, ao invés, uma intensa preocupação de autopromoção da imagem do Executivo Municipal, uma nítida inflação artificial das iniciativas de carácter pontual a levar a efeito, e um preocupante silêncio relativamente a alguns dos assuntos mais sensíveis que afetam a população feirense, configurando, em muitos aspetos, uma tentativa de “fuga para a frente” que a realidade se encarrega de desmontar. Trata-se, enfim, de um plano pouco ambicioso, construído sobre pressupostos insuficientemente ancorados nas necessidades específicas do município, e que incorre, por isso, no risco de perder a ligação à realidade para se refugiar num constructo propagandístico de utilidade duvidosa. Lamentavelmente, os pontos fortes do trabalho realizado em várias frentes (bibliotecas, redes de apoio social, e, em certa medida, urbanismo) não conseguem anular o efeito de opções políticas erradas, comprometidas com os seus executores, mais do que com as populações a quem deveriam servir.”-----

-----  
Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) que começou por dizer que, a cada dia que passa, a população fica mais empobrecida em nome de um pseudorreajuste que é imposto por organismos externos, ressaltando que esses organismos estão fora da esfera democrática e que fogem a qualquer controlo rigoroso e transparente mas que, mesmo assim, os governantes portugueses executam diligentemente tais imposições, mesmo sabendo que estão a atirar os portugueses para um precipício sem retorno possível. -----

Referiu que o seguidismo aos interesses obscuros da Troika é a certeza da falta de princípios e de carácter dos que, atualmente, exercem o poder, dizendo que esses estão a impor aos portugueses um modelo de desenvolvimento assente no puro esclavagismo. Frisou que o retrocesso civilizacional é, hoje, uma realidade imposta pela tirania neoconservadora, ressaltando que isso não pode ser negado porque é demonstrado pela realidade de todos os dias. Salientou que o desemprego é galopante, que as falências são a ementa do dia a dia e que a miséria e a fome são o centro das vidas dos portugueses.-----

Disse que a democracia é assaltada pelos carteiristas de serviço e que esses entregam o seu conteúdo aos bancos e banqueiros, fazendo sobressair que, a cada dia e a cada semana que passa, esses carteiristas tornam-se mais ambiciosas no roubo e no assalto àqueles que vivem

---



do seu trabalho e das suas pensões.-----

Realçou que o saque fiscal esmaga o povo mas que deixa os poderosos abrigados nos guarda-chuvas das zonas francas, destacando que nessas zonas francas os poderosos podem lavar as sua fortunas e os dinheiros provenientes do tráfico de armas, drogas e seres humanos. Frisou haver, até, ministros que se gabam de fazer acórdãos com zonas francas, com ditaduras, recordando o recente caso do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, com o Sultanato de Omã, informando tratar-se de uma zona franca.-----

Disse que o autoritarismo foi ressuscitado do túmulo por esses novos predadores, para infernizar a vida de quem trabalha e dos que indicam que a modernidade e o progresso devem assentar na liberdade autárquica e na democracia, sublinhando que foi nesse sentido que se fez o 25 de Abril e que foi com base nisso que se construiu Portugal. -----

Afirmou que a destruição do Estado Social é, hoje, o objetivo desses vampiros da democracia e da sociedade, realçando que destruir a Escola Pública, o Serviço Nacional de Saúde e a Segurança Social é a incumbência principal dos discípulos do “deus dinheiro”. Frisou que, por isso, urge resgatar Portugal e os portugueses da tirania económica, do esoterismo maquiavélico dos mercados e do obscurantismo social e cultural. -----

Disse que o regime democrático está a ser atacado e que, por isso, é imperioso cerrar fileiras na defesa da Constituição, da Democracia e da verdade de expressão e da organização social e sindical, recordando que o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, em recentes declarações, culpou as greves e a defesa dos direitos dos trabalhadores pelo estado em que se encontra a economia, em vez de pôr a mão na consciência e de culpar as políticas que têm sido exercidas ao longo dos anos. -----

Declarou que a solução para Portugal é romper com o memorando da Troika e implementar políticas de crescimento social e ambientalmente sustentado, pagando somente a dívida que é legítima, negociando a dívida e exigindo que os juros sejam, pelo menos, iguais aos que o Banco Central Europeu aplica quando empresta à banca portuguesa, ressaltando que esta, por sua vez, especula com o dinheiro dos portugueses. -----

O membro Nuno Serrano prosseguiu a sua intervenção dizendo que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, na preparação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013, uma vez mais violou descaradamente a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que aprova o Estatuto do Direito de Oposição, nomeadamente o seu artigo 5.º, ao não ter solicitado aos partidos da

---



oposição com representação neste órgão que apresentassem as suas propostas. Referiu que a Câmara demonstrou, novamente, a pouca consideração e desrespeito que tem pelo voto dos feirenses, que elegeram os seus representantes na Assembleia Municipal, dizendo que já ninguém estranha esse proceder porque o executivo PSD da Câmara nunca cumpre as promessas que faz nas campanhas eleitorais. Nesse âmbito disse que o PSD disfarça, cada vez menos, a impunidade que provoca a democracia e a pluralidade de opiniões, ressaltando que se assim não fosse não tinha apresentado a famigerada nova lei eleitoral para o Poder Local. -- Prosseguiu a sua intervenção salientando que a Câmara Municipal continua a não publicitar as atas das reuniões do seu executivo, limitando a capacidade fiscalizadora dos feirenses, acrescentando, ainda, que todos os documentos em discussão na Assembleia Municipal deveriam estar disponíveis a todos os feirenses para que os mesmos pudessem participar ativamente na discussão e fiscalização. Sublinhou que, desse modo, estar-se-ia a envolver a comunidade e a cultivar a democracia, fazendo sobressair que, para isso, o PSD tinha que respeitar a democracia mas que isso, claramente, não acontece.-----

Referiu que os mais recentes exemplos mostram que muitos dos líderes do PSD estão a deixar cair as suas máscaras, denotando que a democracia é um empecilho às suas políticas de empobrecimento e destruição do País, sublinhando que ao executivo PSD da Câmara, e ao PSD nacional, não faltam exemplos disso mesmo. Nesse âmbito, referiu que um exemplo foi o acautelamento que o executivo PSD da Câmara fez com vista à extinção de freguesias, quando o assunto foi debatido nesta Assembleia Municipal, mostrando um desrespeito pela decisão popular expressa, de modo claro, nas urnas bem como um desrespeito pelas deliberações tomadas pelas assembleias de freguesia. A esse propósito recordou que, na Assembleia da República, o PSD também impediu a discussão dessa lei da reforma da administração local autárquica.-----

Disse que outro exemplo prende-se com o facto de o Governo querer colocar nas câmaras municipais um fiscal, nomeado pelo Poder Central, para poder vetar decisões tomadas por um executivo camarário democraticamente eleito. A esse respeito, disse que se a independência e autonomia do Poder Local já andava pelas ruas da amargura, agora, com essa medida, vai parar à sargeta.-----

Relativamente ao Orçamento para 2013, referiu que tinha de repetir algumas das questões que vem colocando ao longo dos anos, começando por perguntar o que é feito do plano de



transportes encomendado pela Câmara à mesma empresa que realizou o estudo sobre a Linha do Vouga. Disse que se há um plano, não existe, de certeza absoluta, uma rede de transportes no Concelho, destacando que essa rede ganha ainda mais relevância com a extinção de algumas das freguesias do Concelho porque essa extinção leva ao afastamento dos centros de prestação de serviços. Afirmou que o plano de transportes encomendado pela Câmara foi efetuado, que está publicitado no sítio da Internet da empresa que o elaborou, solicitando à Câmara ser esclarecido quanto a esse assunto. -----

Salientou que a rede de saneamento era para estar concluída em 2012, que basta ler as atas das reuniões em que se discutiu as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2012 para comprovar isso, mas que, pelo que se vê, essa rede não estará concluída em 2013. -----

Sobre a afirmação de que o projeto-piloto de compostagem doméstica foi um sucesso, disse que o mesmo já chegou com vários anos de atraso ao Concelho de Santa Maria da Feira, ressaltando que, apesar de se anunciar o alargamento desse projeto a todo o Concelho, o mesmo continua muito atrasado em relação a muitos outros concelhos no que respeita à recolha seletiva de resíduos porta a porta. Frisou não haver, no Município, a recolha seletiva porta a porta, fazendo sobressair que existem vários casos de sucesso no País que deviam ser seguidos e que não trariam mais custos, antes pelo contrário, porque trariam mais-valias no tratamento dos lixos recolhidos de modo seletivo. -----

Aludindo ao PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, disse que a Câmara negociou com o Governo um empréstimo no valor de cerca de treze milhões de euros, a pagar em 14 anos, para liquidar dívidas a fornecedores vencidas a 90 dias e relativas ao dia 31 de dezembro de 2011. Frisou que essas dívidas, supostamente, eram para ser pagas em 2012 mas que isso não aconteceu, salientando que a adesão ao PAEL acontece depois de, em anos recentes, a Câmara já ter aderido a outros dois programas para pagar dívidas já vencidas a fornecedores, dizendo que, apesar disso, verifica-se que as dívidas a fornecedores continuam a aumentar e que isso poderá ser comprovado aquando dos documentos de prestação de Contas de 2012, a apresentar pela Câmara. -----

Referiu, também a respeito do PAEL, estar agendada, na presente sessão, a alteração da data do pagamento das dívidas aos fornecedores para algures em 2013, sem haver uma data definida, sublinhando que essa situação não é aceitável. Disse estar em causa uma verba de cerca 13 milhões de euros, destacando que a economia precisa desse dinheiro “como do pão



para a boca” e que a Câmara deve, ao efetuar esses pagamentos, dar prioridade a quem precisa, nomeadamente às Juntas de Freguesia e às associações concelhias. -----

O membro Nuno Serrano fez sobressair que o Sr. Presidente da Câmara, a meses de deixar de o ser, deixa o Município de Santa Maria da Feira ainda mais endividado, sublinhando que esse endividamento, de mais 13 milhões de euros, será mais um entrave, nos próximos 14 anos, para o desenvolvimento do Concelho, tal como aconteceu ao longo de mais de 30 anos. Recordou que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira aderiu, nos últimos anos, a vários programas para regularizar as suas dívidas mas que nunca os cumpriu, realçando nunca se ter visto advir, desses programas, qualquer benefício para o Concelho. -----

Sublinhou que o Orçamento Municipal para 2013 vincula aquelas que são, afinal, as opções políticas do executivo PSD da Câmara, realçando que, por um lado, quase é duplicada a despesa com juros de operações financeiras enquanto que, por outro, são reduzidas brutalmente as verbas para a ação social do Concelho. -----

Referiu que Portugal conhece a maior crise social desde a ditadura, que essa crise foi provocada pelo atual Governo do PSD e com uma cota parte do anterior governo socialista, e que, num momento assim, é intenção da Câmara Municipal agudizar a crise no Concelho, cortando o apoio a quem mais precisa, à semelhança do que tem feito o Governo Central. Nesse âmbito, questionou qual a razão para a existência de tal buraco financeiro nas contas da Câmara, que levou a mesma a aderir a vários programas, perguntando, também, para onde foi o dinheiro desses programas uma vez que os feirenses não viram nada de novo, mas sim promessas por cumprir por parte do PSD. -----

Fez sobressair que a Câmara prometeu dois centros coordenadores de transportes, mas que não os fez, que prometeu a Caixa das Artes, mas que não a fez, que prometeu o PEC – Parque Empresarial da Cortiça, mas que esse já morreu, e que fala do PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais, mas que se verá se esse, em vez de um parque industrial, não passará a ser um condomínio. -----

Aludindo à Escola de Hotelaria, referiu que a Câmara, primeiramente, dizia que era para reforçar e para fazer investimento mas que, depois, deixou morrer essa escola e, relativamente à conclusão da rede de saneamento salientou que, apesar de prometida há anos, tem de se esperar para ver. -----

Frisou que a rede viária municipal está no estado em que está, que o planeamento urbanístico



*[Handwritten signatures and initials]*

está por fazer no Concelho, questionando para quando a conclusão da revisão do PDM – Plano Diretor Municipal. Sobre o processo de revisão do PDM, disse que o mesmo está quase pronto há vários anos, que já decorreu mais de ano e meio com o atual Governo PSD e que a Câmara continua a alegar as mesmas burocracias para justificar a não conclusão desse processo, questionando se o mesmo ficará concluído em 2013. -----

Referiu que a Câmara nada faz mas que isso não a impede de continuar a criar um buraco financeiro astronómico nas contas do Município, questionando o porquê disso acontecer e para onde foi o dinheiro. -----

Disse que, à entrada de 2013, é perceptível que não só as promessas que enumerou, feitas pela Câmara, não foram concretizadas como outras não o serão, fazendo ainda sobressair que a Câmara deixou as coletividades à beira da falência, levando a que muitos dirigentes das mesmas corram sérios riscos de serem penhorados porque assumiram as responsabilidades que a Câmara havia assumido mas que não cumpriu, e que, para além disso, levou a que as Juntas de Freguesia se encontrem à míngua. -----

O membro Nuno Serrano, concluindo a sua intervenção, sublinhou que o Orçamento Municipal para 2013 é mais do mesmo, que não é solução para os problemas do Concelho mas sim que faz parte do problema, fazendo sobressair que, pelo que enumerou, o Bloco de Esquerda vota contra as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal para 2013. -----

-----  
Interveio o membro **Rui Tavares** (CDS-PP), que começou por, aludindo ao Orçamento Municipal para 2013, ler documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“O Orçamento para o ano de 2013 reflete o estado do Município e do País. A assistência financeira que o País recebeu não tarda a chegar às câmaras. Anos consecutivos de Orçamentos completamente desfasados da realidade, onde a despesa nunca foi igual à receita. Malabarismos contabilísticos à parte, há necessidade de adequar este documento à realidade. O Orçamento de 2013 é um passo, apesar de tímido, nesse sentido. Num ano em que prevejo uma taxa de execução a subir, por força do valor global do Orçamento ser menor, mas também pela vontade excepcional de fazer obra que os anos de eleições sempre trazem. Não duvido também que este não era o Orçamento que a Câmara pretendia apresentar. Não fosse a malfadada (para alguns) Lei dos Compromissos e as obrigações do PAEL, aquilo que nos chegaria às mãos seria bem diferente. Apesar de para o Executivo este Orçamento ser o

---



possível, a minha pergunta é se mesmo este será possível de executar. -----

Tendo em conta o que se passou no corrente ano, com obras a parar por incumprimento da Câmara um pouco por todo o Concelho, não se pode esperar um ano melhor. Os empreiteiros vão ser mais exigentes com o cumprimento das obrigações financeiras, por sua vez o Estado vai ser mais exigente com estas empresas. As obras estão, muitas, por acabar e, para meu espanto, são anunciados arranques de obras cujo financiamento é exclusivamente camarário. Não vislumbro cortes consideráveis na despesa, alicerçando-se todo este Orçamento na expectativa (que me parece razoável) do aumento da receita de IMI. -----

Se me perguntassem se este Orçamento me agrada? Não é meu orçamento, mas também não é o pior que por cá passou. Gostaria de ver muito do que aqui consta concretizado mas, infelizmente, me parece um cenário pouco provável.” -----

O membro Rui Tavares, ainda sobre o Orçamento, disse que o mesmo foi feito à medida de um Presidente de saída mas que, para seu espanto, não é um Orçamento feito à medida de um candidato à Câmara. -----

Seguidamente disse que queria fazer, também, algumas considerações em relação às Grandes Opções do Plano, e que a primeira referência que fazia era relativa ao novo espaço que será criado para o canil municipal, salientando, a esse propósito, haver uma crescente necessidade de recolha de animais, fazendo sobressair estar em causa a segurança e a higiene, tanto das pessoas como dos animais. Referiu que, no decorrer do ano de 2013, haverá oportunidade de falar novamente do canil municipal, recordando que já houve um concurso para aquisição de uma viatura própria para a captura de animais e que essa fará especial falta em 2013. -----

Disse que gostava de mencionar, ainda, o facto de haver uma alusão às obras de saneamento básico nas Grandes Opções do Plano, ressaltando que isso é o prolongar da agonia até ao fim, até ao último ano de mandato, salientando que o executivo camarário, porque falta fazer relativamente pouco dessas obras, podia ter esquecido e passado à frente mas que, ao invés, fez questão de ainda fazer menção às obras de saneamento básico. -----

Aludindo à construção dos Centros Escolares de Fornos, Arrifana e Santa Maria da Feira, referiu que é criada uma ilusão em relação aos mesmos porque é dito que estão pendentes de financiamento, ressaltando que isso lhe leva a crer que não se concretizarão no próximo ano e que, portanto, considerava preferível dizer-se que a construção desses centros escolares não se realizaria em 2013. -----





*[Handwritten signatures and initials]*

Em relação às refeições escolares, disse que têm sido reportados problemas com a qualidade das mesmas, salientando haver uma real necessidade de fiscalização e acompanhamento desse serviço que é prestado e que está sob a alçada da Câmara. -----

Sobre a área da Cultura, disse julgar que deveriam ter sido tomadas algumas decisões em relação a alguns eventos culturais, no sentido de passarem a ser realizados de dois em dois anos, mas que, nos documentos em apreço, essa questão não foi abordada. -----

Relativamente à referência, nos documentos, ao Pavilhão Desportivo de Fiães, disse que o mesmo continuará a constar nos orçamentos dos próximos anos uma vez que a obra se encontra praticamente parada, referindo que as maiores consequências dessa obra encontram-se no campo de futebol existente ao lado, onde abriu um buraco no meio do relvado. Disse saber que a Câmara tentou, atempadamente, resolver esse problema, fazendo sobressair, contudo, que as obras do Pavilhão Desportivo de Fiães continuam a trazer consequências e que se continuará a ter, ali, um mamarracho sem um fim à vista, dizendo que esperará para ver se o pavilhão ficará concluído a tempo do arranque da época de 2013/2014, como diz a Câmara Municipal.-----

Aludindo à construção da Caixa das Artes, disse ser do entendimento que, em função das dificuldades financeiras da Câmara, o ano de 2013 seria um bom ano para colocar esse projeto na gaveta, aguardando melhor altura para avançar com esse investimento, referindo, no entanto, que a Câmara não entendeu desse modo e que terá as suas certezas quanto à sua capacidade para concretizar essa obra.-----

Em relação à referência às dezassete candidaturas aprovadas no âmbito do programa PARES – Programa de Apoio à Rede de Equipamentos Sociais, lembrou que muitos desses equipamentos já estão construídos e que, agora, seria importante a Câmara colocar em dia os apoios que prometeu a essas instituições para a construção desses equipamentos. Salientou que a Câmara, em muitos dos casos, comprometeu-se a dar determinadas verbas mas que as mesmas estão por regularizar, frisando que esse atraso está a dificultar a vida de algumas dessas instituições, recordando que as mesmas assumiram riscos e fizeram investimentos consideráveis nessas obras. -----

O membro Rui Tavares disse que queria, ainda, aludir a um género de despesa que disse ser recorrente e que considera ser uma das áreas onde a Câmara pode cortar despesa, salientando que na Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município – relativa ao ponto



n.º 2 da Ordem do Dia da presente sessão – na listagem de obras e fornecimentos adjudicados de 21 de setembro de 2012 a 14 de dezembro de 2012, consta uma verba de 97.400 euros para o “desenvolvimento de ferramenta Business Intelligence para otimização dos sistemas de informação do Pelouro de Planeamento e Urbanismo”. Nesse âmbito, salientou que as despesas em licenças, em ferramentas informáticas, em upgrades, em softwares para o Pelouro do Planeamento e Urbanismo, começam-lhe a cheirar a “pouco intelligence”, dizendo parecer-lhe dinheiro a mais aquele que é gasto naquele pelouro, na área informática. -----  
Ainda a esse propósito disse que no Orçamento da Despesa, na página 7, aparece inscrita uma verba de cerca de 220 mil euros para “Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria”, uma outra de cerca de 152 mil euros para “Assistência Técnica”, uma verba na ordem dos 157 mil euros para “Outros Serviços” que referiu não saber quais, bem como uma verba de 364 mil e 600 euros para “Software Informático – Administração Local”. -----  
Concluindo a sua intervenção, o membro Rui Tavares disse que, pelos seus cálculos, a Câmara tem gasto, todos os anos, uma verba na ordem dos 500 a 600 mil euros nesse tipo de despesa, dizendo considerar um valor absolutamente exagerado. -----

-----  
Interveio o membro *António Cardoso* (PS), que começou por dizer que queria registar que o grupo municipal do PS recebeu a proposta do Orçamento para 2013, recordando o zelo do funcionário da Câmara em procurá-lo para proceder à respetiva entrega do documento, pois provavelmente teria indicações para o fazer até às 18 horas daquele dia. -----  
Seguidamente, aludindo aos documentos em apreço, salientou que nos mesmos não encontra nenhuma surpresa que mereça ser evidenciada. -----  
Referindo-se ao Orçamento, destacou que no ano de 2012 a execução municipal rondará os 60 a 70 milhões de euros, ressaltando que, apesar de prever-se que 2013 seja um ano pior relativamente a 2012, o Orçamento para 2013 é de 90 milhões de euros, referindo ser um diferencial significativo, e que considerava que o mesmo não se concretizará porque entende que o mesmo se encontra inflacionado, apesar do corte significativo de 11 milhões de euros relativamente ao do ano de 2012. Disse que, para justificar esse buraco, haverá previsões forçadamente falaciosas e que, nessa medida, o Orçamento apresentado deixará de ser rigoroso e, portanto, sem credibilidade. -----  
Quanto às Grandes Opções do Plano, disse que a retórica seguida pretende mostrar um Plano



com boas intenções, ressaltando, contudo, que de boas intenções está o inferno cheio e que, portanto, não adianta palavras bonitas quando os regulamentos em vigor no Concelho indicam taxas com valores exorbitantes e outros, até, incompreensíveis. Sobre isso, disse bastar dar atenção aos valores que a Câmara cobra com a reapreciação de projetos, com a publicidade, com a apresentação de reclamações ou para a obtenção de documentos urgentes, entre outros, para comprovar que os valores cobrados são muito exagerados. -----

Referiu não adiantar prometer a revisão do PDM depois de ter sido anunciado que o fim dessa revisão seria para finais de 2009 e depois de ter sido uma promessa feita em 2001. Disse que ninguém levará a sério quando se diz que a cópia de um projeto é fornecida enquanto esse município toma um café quando, por outro lado, existem processos que esperam semanas à espera de uma assinatura de um técnico ou do vereador responsável. -----

Referiu não adiantar haver uma plataforma para licenciamentos quando, para licenciar uma produção agrícola de mirtilos, o processo demora meses, com exigências caricatas como a construção de uma casa de banho no meio do campo ou a pavimentação do arruamento de acesso a uma ribeira, um caminho agrícola, para autorizar a construção de um estaleiro. -----

Quanto à área da Educação, disse que o respetivo pelouro parece aceitar passivamente a fusão de Agrupamentos de Escolas, dizendo, a respeito dessas fusões, que ninguém duvida tratar-se de um retrocesso pedagógico perigoso na qualidade da escola pública. Referiu que alguns falam de barriga cheia e dizem que nas questões da pedagogia o importante é poupar, salientando que para se ter boas condições pedagógicas é preciso haver funcionários, é preciso ter custos, ressaltando que a qualidade do ensino não pode ser medida por uma máquina de calcular ou por meio de uma folha de Excel. -----

Salientou, ainda, que na fusão de Agrupamentos tem que haver critérios bem como respeito pela Carta Educativa do Concelho, dizendo não lhe parecer que essa Carta tenha sido devidamente atendida.-----

Prosseguiu dizendo que a qualidade das refeições escolares que são servidas por uma empresa privada, têm sido alvo de muitas queixas, salientando que essa questão deverá ser alvo de mais atenção por parte da Câmara no sentido de que seja cumprido o respetivo caderno de encargos.-----

Disse, quanto à questão do apoio na aquisição de livros escolares, que não se vê nas Grandes Opções do Plano qualquer ideia que vise a melhoria desse serviço, mas que já aparece a oferta



de bilhetes para as crianças visitarem a Terra dos Sonhos, frisando que, sendo interessante, o PS entende tal oferta como uma segunda prioridade. Ainda sobre a oferta desses bilhetes, referiu considerar que, sendo oferecidos a todas as crianças de forma não criteriosa, não lhe parece ser uma boa forma de gerir o dinheiro público. -----

Ainda na Educação, referiu que o ano de 2012 foi um ano triste na medida em que morreu a Escola de Hotelaria e Turismo de Santa Maria da Feira, salientando que tal morte aconteceu depois de muitas promessas e depois de, durante anos, ter-se aguardado por uma escola nova, chamando a atenção para o facto de ter sido o Prof. Cavaco Silva quem a inaugurou e de ter sido ele quem passou a certidão de óbito dessa escola. -----

Disse também não considerar correto que se fale em apoiar projetos que incrementam a prática e cultura desportiva da população quando, por outro lado, são desperdiçadas elevadas verbas com torneios de futebol, mencionando serem torneios quase fantasmas, e quando se põe de lado o apoio ao associativismo. -----

Referiu que não adianta erguer o PERM como sendo um projeto de sucesso quando o negócio das sucatas já deu o que tinha a dar, salientando ainda que, ao tratar-se de uma parceria público-privada, se verá o que acontecerá, ressaltando que uma empresa privada visa, naturalmente, o lucro, dando o exemplo da parceria feita com a Indaqua Feira. -----

Salientou, por outro lado, o fracasso do PEC, dizendo que foram perdidos centenas de milhares de euros nos investimentos nos terrenos para o PEC e que, portanto, foi uma oportunidade perdida na qual se teve de devolver milhões de euros em fundos comunitários, ressaltando que o investimento que a Câmara iria ter com o PEC seria reversível através da posterior venda dos terrenos. Referiu que até o pinhal desses terrenos adquiridos pela Câmara são fracos, ressaltando que a qualidade morfológica dos terrenos é tão fraca que até de graça se tornam caros, dizendo serem tais investimento falhados que criam caos nas finanças públicas e que o grupo municipal do PS não pode deixar passar em claro. -----

Salientou que erros políticos, apoiados em planos estratégicos desastrosos, não permitiram os necessários apoios aos empresários, não beneficiando, por consequência, a criação de emprego. -----

Disse que resta exigir à Câmara Municipal que, como parceira da empresa PERM, faça respeitar o Estudo de Impacte Ambiental e que não permita que uma zona industrial se torne tóxica e se torne o centro de poluição dos outros municípios que integram a Associação de



*[Handwritten signatures and initials]*

Municípios das Terras de Santa Maria, dizendo ser esse pedido que deixa à Câmara. -----  
Destacou que o PERM começou por destruir um local de excelência e que o uso desse local, para a implantação de um parque de reciclagem de materiais, foi um luxo que podia ter sido evitado, ressaltando que o PERM poderia ser construído num outro local, mesmo que continuando na freguesia de Pigeiros.-----  
Frisou ser bom que se respeite o ambiente, fazendo sobressair que há pessoas e instituições que estão atentas a tais problemas no Concelho, como os telhados em fibrocimento dos edifícios escolares, as lixeiras e entulheiras que continuam a proliferar nas nossas florestas, os esgotos que correm a céu aberto pelas ribeiras e valetas das estradas, bem como a necessidade de melhor gestão da habitação social.-----  
Ressaltou que Santa Maria da Feira é um concelho muito poluído e que estão identificados os rostos responsáveis por isso, sublinhando que tais medidas não estão plasmadas nos documentos em apreciação. -----  
Disse que, para os empresários, a Câmara cobra os impostos mais caros, que os terrenos nas zonas industriais são caríssimos e sem facilidades na sua aquisição, que os licenciamentos estão muito burocratizados, sublinhando que sem medidas de apoio aos empresários não há incentivo à geração de novos empregos, e que não se vislumbra nenhuma medida para cativar investimento em Santa Maria da Feira. Referiu que apostar nas hortas urbanas e numa bolsa de terrenos é uma visão pequenina do que deve ser o apoio ao desenvolvimento do Concelho.-  
Salientou que, em síntese, os feirenses, em 2013, continuarão a pagar a água com preços mais elevados do País, dizendo que isso é dito por uma associação independente distribuidora de água, referindo que essa referência vale o que vale mas que não houve, por parte da Câmara, um desmentido dessa situação.-----  
Frisou que as Grandes Opções do Plano para 2013 não é solução para os problemas do Concelho, dizendo ter ficado provado, na sua intervenção, que existe um outro caminho a seguir que é mais ambicioso para o Concelho, pelo que o PS continuará a dizer aos feirenses que está na hora de mudar.-----  
Concluindo, o membro António Cardoso disse que as políticas previstas para 2013 passaram o limite do aceitável, que é preciso mandar embora “a gente” que está à frente dos destinos da Câmara e que, por isso, o PS vota contra as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal para 2013. -----



Interveio o membro *Fernando Moreira*, Presidente da Junta de Freguesia de Louredo, que começou por dizer que, excetuando-se a intervenção efetuada pelo membro Pedro Almeida, as restantes pouco abordaram as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal para 2013.- Disse que esses documentos não foram elaborados para satisfazer as vontades da oposição mas sim para dar cumprimento ao plano traçado em 2009, ressaltando que, apesar da situação crítica que se atravessa, a Câmara conseguirá, embora com alguns atrasos naturais, concluir as obras da rede de saneamento, salientando que isso permitirá avançar com novos projetos na área da despoluição das zonas ribeirinhas, complementando e dando continuidade ao trabalho que já está a ser levado a cabo nesse âmbito. -----

Disse ser verdade que a recuperação das pedreiras de Lourosa está atrasada, mas que ficará concluída em breve, fazendo sobressair, ainda, que a pedreira das Penas será requalificada, e que isso trará algum lamento ao Bloco de Esquerda porque o mesmo deixará de poder fazer, naquele local, as suas atuações. -----

Na área da Educação, referiu que dos dezasseis centros escolares previstos já se encontram concluídos onze, fazendo notar que mais dois ficarão concluídos em 2013, que o Jardim de Infância de Sanguedo está quase concluído e que o da freguesia de Vale iniciar-se-á em 2013. Sublinhou, ainda, o início das obras da Escola EB 2,3 de Santa Maria da Feira.-----

Quanto à Cultura, disse que a Câmara tem tido uma política rigorosa e determinada, dizendo custar-lhe perceber, até pelos números que vão sendo públicos, que se critique e se esteja contra a Terra dos Sonhos, salientando, a propósito da realização de dois programas televisivos, que se os mesmos tivessem de ser pagos custariam uma fortuna. Sobre esses programas televisivos referiu que, ao contrário do que foi dito, não foi feita propaganda política, destacando que nesses programas se mostrou muito do bom que o Concelho de Santa Maria da Feira tem. Fez sobressair que o Orçamento Municipal para 2013 aposta nos eventos que são uma mais-valia para o Concelho e já são referência a nível nacional e internacional, comentando que tais eventos, cada vez mais, acarretam menos custos para o Município, como se pode constatar nos documentos apresentados.-----

Na área do Desporto referiu que serão apoiadas as atividades de apoio ao desporto, dizendo esperar que o Pavilhão de Fiães fique concluído no ano de 2013, depois de todas as peripécias em que se viu envolvido.-----

Em relação ao Desenvolvimento Económico, salientou considerar importante do apoio dado



às empresas com vista à internacionalização das mesmas, referindo que, além disso, espera que o FeiraPark - Parque de Ciência e Tecnologia de Santa Maria da Feira, bem como o PERM, sejam uma mais-valia para o Concelho. Sobre o PERM, disse por vezes lhe parecer que algumas pessoas querem que esse processo corra mal, dizendo ser da opinião que se deve esperar que corra bem porque esse parque industrial, indo avante e havendo interessados, gerará o aparecimento de emprego. -----

Quanto às críticas de que algumas zonas industriais do Concelho estão maltratadas, disse já ter percorrido o País e ter encontrado zonas industriais com excelentes condições mas que se encontravam, infelizmente, sem fábricas. Focou que os empresários, muitas vezes, não procuram uma zona industrial muito bem preparada para investir, mas sim uma determinada localização, ressaltando que muitos concelhos, apesar de oferecerem os terrenos nas suas zonas industriais, não conseguem captar empresas.-----

Relativamente à Ação Social, frisou que a Câmara tem sido impecável no acompanhamento das situações e que tinha a certeza que o continuaria a ser e que, sendo necessário, até intensificaria a sua atuação.-----

No âmbito desse assunto, disse considerar que se está a utilizar a pobreza para fazer-se política, aludindo às notícias sobre um caso verificado numa escola em Lisboa, em que duas crianças estiveram dois meses sem poderem tomar a sua refeição, para dizer que uma situação desse género só pode acontecer porque as pessoas andam distraídas, não compreendendo como é que não houve alguém, fosse um professor, fosse um auxiliar ou qualquer outra pessoa que trabalhasse nessa escola, a alertar para a situação. Frisou que se alguém tivesse feito esse alerta certamente a situação se teria resolvido, destacando que não tem que ser a Câmara, nem o Governo, a resolver todas as situações, sublinhando que compete a cada pessoa estar atenta ao seu vizinho, ajudando-o ou indicando alguém que o possa ajudar.-----

Salientou que a ajuda é, infelizmente, necessária para muita gente, mas que não tem que anunciada e publicitada, reafirmando que a pobreza não deve ser usada para fazer política.-----

Relativamente à recolha seletiva, disse que o Concelho de Santa Maria da Feira ultrapassou, em muito, a indicação fixada de um ecoponto para 500 habitantes, dizendo que, também nessa matéria, compete a todos chamar a atenção àquelas pessoas que não respeitam os ecopontos e fazem deles depósitos de lixo, frisando que cada um de nós pode ajudar a resolver essas questões.-----



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

Sobre as refeições escolares disse que, no Concelho de Santa Maria da Feira, esse problema está resolvido, dizendo que, por um lado, isso é um mau indicador porque revela que muitas pessoas estão a precisar desse apoio.-----

Quanto à crítica de que o preço da água no Concelho de Santa Maria da Feira é dos mais altos do País, disse incomodar-lhe ver que esses críticos não sejam capazes de, perante os documentos que lhes são dados, onde se apresentam comparações entre o preço da água praticado em Santa Maria da Feira com os praticados em concelhos vizinhos, demonstrarem que tais documentos estão errados e comprovarem que tais números são falsos.-----

Recordou que, há alguns anos, se apontava o Concelho de Ovar como tendo uma água muito barata, dizendo, a esse propósito, que o preço da água em Ovar está, neste momento, quase ao nível do praticado em Santa Maria da Feira, ressaltando ser necessário haver seriedade na discussão dos assuntos.-----

Disse estar preocupado porque, efetivamente, a água em Santa Maria da Feira não é barata e porque algumas pessoas têm dificuldades em pagá-la, bem como porque muitos munícipes não conseguem pagar as taxas de ligação à rede, quer de abastecimento de água, quer de saneamento. Recordou que foi assinado um contrato que é preciso cumprir, reconhecendo, no entanto, que devem ser dadas achegas para que esse mesmo contrato possa ser melhorado.-----

Referiu que, mesmo após a conclusão das obras da rede de saneamento, os problemas persistirão caso as pessoas não efetuem a respetiva ligação à rede, salientando que, por isso, em vez de determinadas conversas é preciso encontrar uma maneira para que as pessoas possam pagar essas ligações, ajudando aquelas que não têm condições para o fazer. Reafirmou que enquanto aqueles que criticam o preço da água não lhe demonstrarem que os números e as comparações apresentadas são falsas, que os considera como estando a tentar enganar os feirenses, sublinhando que os feirenses não se vão deixar enganar com tais conversas.-----

Concluindo a sua intervenção, o membro Fernando Moreira referiu que, pelas razões que apontou, o grupo municipal do PSD vota favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2013.-----

-----  
Interveio o membro *Adriano Martins* (PS) que começou por dizer que tinha algumas questões a colocar, na sequência da leitura da ata camarária. Referiu que, nessa ata, pode ler-se que o





vereador do Pelouro do Planeamento e Urbanismo – José Manuel Oliveira – disse que o seu pelouro está a apostar num projeto de definição de materiais e pavimentos, quer para arruamentos, quer para passeios, no Concelho, ou seja, que está a ser elaborada uma carta onde se define, claramente, rua a rua, qual o tipo de pavimento a usar. -----

Sobre essa afirmação do Sr. vereador, questionou se o projeto que foi igualmente elaborado por aquele pelouro, há 4 ou 5 anos, para a Av. Dr. Crispim Borges de Castro, em Milheirós de Poiares, se está contemplado nesse projeto que está em elaboração. -----

Referiu que gostava, também, de saber se é possível a construção da rotunda na estrada que vem da A32 e que liga à Fontanheira, que confronta no muro da Quinta do Seixal, salientando que foram expropriados os terrenos da Quinta do Seixal para se fazer ali uma rotunda, mas que a mesma não está feita. Frisou que aquela zona representa um perigo constante, perguntando se a construção da rotunda faz parte desse projeto. -----

Prosseguiu dizendo que o vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil e Ambiente – Emídio Sousa – falou, na reunião de Câmara, que foi feita uma monitorização da qualidade da água na Praia Fluvial da Mámoa. Nesse âmbito, disse pretender alertar o Sr. vereador Emídio Sousa para o grande escorrimento de caulino que existe naquele local, dizendo que o mesmo foi colocado aquando da construção da A32 e que põe em perigo toda a obra da praia fluvial. -----

Salientou que queria, também, colocar uma questão em relação à Unidade de Saúde Familiar (USF) de Milheirós de Poiares, dizendo, a esse respeito, que o Sr. vereador Emídio Sousa, pela altura da realização do referendo naquela freguesia, disse que era uma questão de quinze dias para o arranque daquela USF. Destacou que, volvidos três meses, o mesmo vereador disse, na reunião camarária, que a Câmara tem vindo a pressionar o Ministério para disponibilizar as verbas necessárias, e que a Câmara quer ter, em breve, a funcionar a USF de Lobão. -----

No âmbito dessa matéria, o membro Adriano Martins disse que o previsto no Orçamento Municipal para 2012 era a construção de duas USF, a de Milheirós de Poiares e a de Argoncilhe, frisando ter estado presente no arranque da USF de Argoncilhe e que, agora, se fala no arranque imediato da construção da USF de Lobão. Destacou que a única freguesia que cedeu terreno para a construção da USF, há cerca de três anos, foi a de Milheirós de Poiares e que, nessa medida, queria questionar se a Câmara está a usar o valor desse terreno



para fazer outras USF que não a de Milheirós de Poiares. -----

Disse que a questão da compostagem foi, também, discutida na reunião da Câmara, referindo que, há 4 ou 5 anos, apresentou a esta Assembleia Municipal uma proposta de compostagem para o Concelho, mas que a mesma foi rejeitada. Lembrou que, nessa ocasião, o Sr. Presidente da Câmara falou que tal não era necessário porque no Concelho já se fazia a compostagem de 10% do lixo. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Adriano Martins referiu ter ficado grato por ver, agora, a aposta da Câmara na compostagem, lamentando que a mesma não tivesse acontecido na altura em que apresentou a proposta, comentando, contudo, que “mais vale tarde do que nunca”. -----

-----  
Usou da palavra o membro *José Leão* (PSD), que começou por dizer que queria vincar uma questão que foi abordada pelo seu colega de bancada Fernando Moreira, fazendo sobressair que duas das intervenções que ocorreram foram antecipadas em quatro meses, ressaltando que o que foi dito nessas intervenções foi aquilo que, pretensamente, os seus autores queriam dizer no próximo mês de abril, quando for presente à Assembleia Municipal o Relatório de Atividade e Prestação de Contas de 2012 da Câmara Municipal. -----

Frisou que se falou muito do passado mas que aquilo que estava em discussão era o Plano de Atividades e Orçamento Municipal para o ano de 2013. -----

Concluindo, o membro José Leão disse compreender que a situação dos partidos da oposição, sobretudo a do PS, é extremamente incómoda porque aquilo que foi prometido pelo executivo PSD da Câmara Municipal está a ser cumprido. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para, face às intervenções efetuadas, dar os esclarecimentos que entendesse por convenientes. -----

Começando pelas questões colocadas pelo membro Nuno Serrano, aludiu à questão sobre a publicitação das atas das reuniões de Câmara para dizer que, possivelmente, a Câmara de Santa Maria da Feira deve ser a única Câmara do País que está aberta à imprensa e ao público em todas as suas reuniões camarárias, frisando que isso acontece por tradição, há muitos anos. Referiu que, mesmo com essa realidade, as pessoas procuram sempre um motivo para criticar, dizendo que no caso em concreto foi-se criticar exatamente aquilo em que a Câmara vai, há

---



anos luz, à frente das outras, pedindo lhe fosse indicado uma outra Câmara do País que permite a presença da imprensa em todas as suas reuniões. -----

Em relação às deliberações tomadas nas reuniões camarárias, disse que as mesmas estão publicadas no portal da Câmara na Internet, e que só não acede às mesmas quem não quer. ----

Quanto ao PAEL, disse que a Câmara estava à espera de receber o dinheiro relativo a esse empréstimo no decorrer do corrente mês de dezembro mas que, infelizmente, isso não sucedeu, realçando que a vontade da Câmara é, logo que receba a verba correspondente a 70% do total do empréstimo, pagar as correspondentes faturas para, logo depois, poder receber os remanescentes 30%. -----

Sobre a questão relacionada com a qualidade das refeições escolares, de que falou o membro Rui Tavares, entre outros, disse que a Sr.ª vereadora da Educação estava incomodada com essa crítica porque, segundo ela, nunca chegou à Câmara qualquer queixa sobre as refeições fornecidas nas escolas primárias. -----

Disse ter, efetivamente, conhecimento de que chegaram algumas queixas à Câmara relativamente às refeições fornecidas em alguns refeitórios escolares, informando, no entanto, tratarem-se de refeitórios da responsabilidade do Ministério da Educação, nomeadamente de algumas escolas EB 2,3. Salientou, a propósito dessa questão, haver pessoas que preferem ir à sede de determinados partidos políticos fazer queixa em vez de o fazerem no local próprio, ou seja, na Câmara Municipal, para a Câmara tomar alguma medida. -----

Relativamente à afirmação do membro Rui Tavares de que era melhor esperar por uma altura mais oportuna para se avançar com a Caixa das Artes, disse já ter informado a Assembleia Municipal sobre essa matéria mas que o voltava a fazer, reafirmando que o esforço financeiro proveniente do Orçamento da Câmara não vai chegar aos 400 mil euros, explicando que 85% da verba é proveniente dos fundos comunitários, que outros 5% é proveniente do BEI, e que cerca de 5% será pelo ressarcimento do valor de um terreno, que já é propriedade da Câmara. -

Sobre a questão dos excessivos custos na área da informática, e das verbas mencionadas de 97.000 euros e de 77.000 euros, informou que a Câmara está a gastar esse dinheiro para poder adaptar todo o seu sistema informático ao software livre, exatamente para deixar de pagar as fortunas que paga pelas licenças de software. -----

Referindo-se à intervenção efetuada pelo membro Pedro Almeida, aludiu à questão sobre o não pedido de propostas aos grupos municipais para a elaboração das Grandes Opções do



Plano para salientar que foi enviado aos grupos municipais aquilo que a lê prevê, ou seja, uma proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal. -----

Sobre a crítica de que o Plano e Orçamento Municipal para 2013 representa a conformação e o abandono da iniciativa da parte da Câmara referiu que, pelas intervenções que ouviu, podia dizer que houve, da parte dos Srs. deputados municipais, um abandono da luta por um Concelho melhor. Nesse âmbito, disse que não fazia grandes distinções nas intervenções que ouviu, ressaltando que, com mais ou menos comentários, em termos de estratégia para o Concelho não ouvi nada de interesse. -----

Sobre a estranheza do membro Pedro Almeida por o executivo permanente da Câmara, às vezes, criticar o Governo mesmo sendo do mesmo partido, salientou não lhe causar problema algum criticar o Governo quando o tem de criticar, principalmente se isso for na defesa dos interesses do Município de Santa Maria da Feira. Fez sobressair que há muitos anos que procede dessa forma. -----

Quanto ao estudo apresentado pelo Professor Costa Lobo para a recuperação da ribeira do Cáster, disse que o mesmo só pode avançar com a aprovação do Plano Diretor Municipal, dado ter sido feito com base no novo Plano, acrescentando que outra condicionante muito grande é o facto de os terrenos serem privados, referindo só ser possível avançar com esse plano de recuperação se os privados estiverem de acordo e se fizerem parceria com a Câmara. Relativamente à crítica feita ao aluguer das salas modulares, disse que as obras de requalificação dos centros escolares decorreram, na maior parte deles, no mesmo local das escolas, questionando ao membro Pedro Almeida que outra solução havia para se fazer essas obras e, ao mesmo tempo, continuar a dar as aulas aos alunos. Frisou que a Câmara tinha de encontrar uma solução e que considera que o aluguer das salas modulares foi uma boa solução, fazendo sobressair que ainda não ouviu outra solução ou sugestão alternativa às salas modulares. -----

A propósito da questão sobre as coberturas de fibrocimento em algumas escolas, informou que já foi removido o fibrocimento de cerca de 19 ou 20 escolas, faltando 9 ou 10, ressaltando que algumas das que faltam serão desativadas com a entrada em funcionamento dos centros escolares. -----

Aludindo, em seguida, à intervenção efetuada pelo membro Adriano Martins, disse que aquele membro confundiu obras concretas com aquilo que é um projeto de regulamento que está a

---



ser elaborado pelo pelouro do Planeamento e Urbanismo para a definição de materiais e pavimentos para arruamentos e passeios, frisando a esse respeito que, naturalmente, o regulamento vai aplicar-se a todas as obras e não, em concreto, à obra da rotunda ou a um qualquer arruamento. -----

Sobre a questão das USF, salientou que o membro Adriano Martins fez uma confusão ainda maior quando abordou esse assunto. No âmbito dessa matéria, referiu que nem o vereador José Manuel Oliveira, nem qualquer outro vereador do executivo permanente da Câmara, terá participado na campanha do célebre referendo realizado em Milheirós de Poiares, e que muito menos iria dizer que a USF de Milheirós de Poiares entraria em obras passados quinze dias. ---

Realçou que as maiores prioridades são as USF de Argoncilhe e de Milheirós de Poiares, informando que a de Argoncilhe já foi adjudicada, que está para visto do Tribunal de Contas e para essa o financiamento está garantido, enquanto que, em relação à USF de Milheirós de Poiares, a Câmara aguarda que a Administração Regional de Saúde do Norte entregue o projeto e garanta o financiamento.-----

Esclareceu que quando se fala da USF de Lobão, está-se a falar de uma coisa completamente diferente, porque a obra dessa USF está construída, à semelhança do verificado com as USF de Arrifana, de São Miguel de Souto, de Lourosa, e outras. Sublinhou que quando se fala no caso de Lobão fala-se da montagem, fala-se da colocação dos médicos, enfermeiros e administrativos, acentuando que a obra está feita. -----

Realçou, também, que a Câmara não usa o dinheiro de umas USF para fazer outras porque a Câmara não entra com nenhuma participação, fazendo notar que as USF são financiadas a 100% pela respetiva Administração Regional de Saúde, explicando que a Câmara faz a obra, recebe o dinheiro e paga ao empreiteiro. -----

Passando a referir-se às questões colocadas pelo membro António Cardoso, disse já ter respondido à questão relacionada com as refeições escolares. -----

Mencionou, em seguida, que o membro António Cardoso confundiu o que é uma concessão com aquilo que é uma parceria público-privada, ressaltando que não tem rigorosamente nada a ver uma coisa com a outra. Frisou que, para o PERM, a Câmara conseguiu, felizmente, uma parceria público-privada na qual o Município de Santa Maria da Feira não tem riscos, sublinhando que os riscos são do parceiro privado.-----

Quanto à admiração manifestada pelo membro António Cardoso pelo facto da execução



orçamental de 2012 rondar os 60 milhões de euros e de o Orçamento para 2013 ser de 90 milhões de euros, disse se fácil de explicar essa situação, ressaltando estar contemplado no Orçamento 13 milhões de euros relativos ao PAEL, dando nota que a Câmara receberá esse dinheiro em 2013 e que, não fosse essa verba, em vez de um Orçamento de 90 milhões de euros se teria um de 77 milhões de euros. -----

Referiu que, para além disso, o Orçamento para 2013 contempla cerca de 21 milhões de euros de fundos comunitários, frisando tratar-se de verba garantida e que por isso é que consta do Orçamento. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara disse que faria jus ao modo como o membro António Cardoso terminou a sua intervenção, dizendo que ele – Presidente da Câmara – certamente ia embora no final do mandato, mas que o membro António Cardoso nunca entrou e, mesmo agora, não o deixam tentar entrar. -----

O membro *Nuno Serrano* (BE) pediu novamente a palavra, o que lhe foi concedido. -----  
Referiu que os membros do grupo municipal do PSD que usaram da palavra criticaram as restantes intervenções dizendo que se falou muito do passado e que se confundiu a realidade, referindo, sobre isso, que não se estava a confundir a realidade, que os documentos apresentados eram mais do mesmo, realçando, ainda, que dizer-se que o Orçamento para 2013 é o mais rigoroso de sempre significa que os anteriores não foram rigorosos. -----

Em relação à questão sobre a publicidade das reuniões camarárias e das mesmas estarem abertas ao público e à comunicação social, disse que, na sua intervenção anterior, falou especificamente nas atas das reuniões de Câmara e que considerava importante que as mesmas fossem publicitadas, na íntegra, no portal da Câmara na internet, a exemplo do que acontece com as atas da Assembleia Municipal, para que, desse modo, as pessoas pudessem ter acesso mais facilitado às mesmas e pudessem saber o que é dito pelos membros da Câmara nessas reuniões. -----

Sublinhou que por muito que as atas sejam afixadas na portaria da Câmara e por muito que as reuniões sejam abertas ao público, é impossível, para quem trabalha, poder consultar as atas no horário do seu trabalho. -----

Relativamente à informação de que a verba de 74 mil euros se refere a investimento da Câmara para adaptar os seus sistemas informáticos ao uso de software livre, disse que “mais



vale tarde do que nunca” e que tal facto é o reconhecer de um erro estratégico de sempre, há muitos anos apontado. -----

Nesse âmbito, questionou qual a verba investida, em recursos humanos, na área de sistemas de informação, fazendo sobressair que a verba anual de 74 mil euros dava para a Câmara ter uma equipa muito experiente, constituída de vários técnicos bastante qualificados, para executar esse trabalho e com a vantagem da Câmara ficar com o know-how dentro de casa, evitando ter de voltar a pagar verbas escandalosas por tais serviços. -----

Concluindo a sua intervenção, disse ser esse tipo de gestão que os partidos do poder, no caso o PSD, costumam fazer, ou seja, recorrerem ao outsourcing em vez de optarem por ter o know-how dentro de casa, ressaltando que ter o know-how dentro de portas permite ter um melhor serviço e muito mais barato. -----

O membro **Rui Tavares** (CDS-PP) pediu novamente a palavra, o que lhe foi concedido. -----  
Disse que queria explicar o seu sentido de voto, uma vez que não o fizera na sua intervenção inicial. Salientou que o esforço feito pela Câmara na elaboração do Orçamento para 2013, no sentido de o trazer para a realidade, merece a sua aprovação mas que, por outro lado, considera que a Câmara não foi suficientemente a fundo em certos pontos, principalmente no uso racional dos seus recursos, ao nível da despesa. Frisou que, não lhe merecendo o voto favorável, se iria abster, ressaltando que, ao não votar contra, dava um sinal de que houve melhorias no Orçamento para 2013, reafirmando ser um dos mais realistas dos últimos anos. --

*Entretanto, durante a discussão deste assunto, reentraram os membros Jorge Manuel Silva, Ângelo Castro, Gastão Valente – Presidente da Junta de Freguesia de Escapães, Armando Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Susana Correia – Presidente da Junta de Freguesia de Espargo, e David Ferreira – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana.*-----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação, separadamente, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal para o ano de 2012. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 40 votos a favor (PSD: 36, PS: 3, Ind.), 14 votos contra (PS: 12, BE, CDU) e 7 abstenções (PS: 6, CDS-PP), aprovar as Grandes



Opções do Plano para 2013, o PPI – Plano Plurianual de Investimentos, e o PAM – Plano de Atividades Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Em seguida, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 40 votos a favor (PSD: 36, PS: 3, Ind.), 14 votos contra (PS: 12, BE, CDU) e 7 abstenções (PS: 6, CDS-PP), aprovar o Orçamento Municipal para 2013 – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

*Saíram os membros Alexandra Sousa, Carla Pinto, Manuel Mota Pinho, Jorge Manuel Silva, Adriana Cardoso, José Manuel Leão, Fernanda Paula Oliveira, António Domingues Pereira, Feliciano Pereira – Presidente da Junta de Freguesia de Pigeiros, Henrique Ferreira – Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura, Susana Correia – Presidente da Junta de Freguesia de Espargo, Manuel Jacinto Moreira – Presidente da Junta de Freguesia de Romariz, David Ferreira – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, e Alberto Tavares – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira.* -----

**8 – Contrato-Programa para 2012 a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M.** -----

**- Aprovação de Minuta** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 10 de dezembro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP), dizendo que queria pedir um esclarecimento. Referiu que são referidas três verbas no contrato-programa, salientando, relativamente à verba





de 15 mil euros, estar bem explicado, nos documentos, de que se trata de um subsídio direto relacionado com o acréscimo da despesa, em função da transferência da gestão da pista de atletismo para a Feira Viva. -----

Disse ter, também, compreendido a verba mencionada de 90 mil euros, relacionada com as alterações verificadas quanto às deduções do IVA. -----

Salientou que a outra verba mencionada é de 95 mil euros e que a justificação para a mesma é a necessidade da Feira Viva encurtar o prazo médio de pagamento para 60 dias, no ano de 2012. Disse que, no entanto, o anexo II ao contrato-programa mostra uma realidade completamente diferente, ressaltando que nele se constata que, para que esse prazo de 60 dias seja cumprido, a Feira Viva teria de diminuir a sua dívida em cerca de 476 mil euros. -----

Referiu que a sua dúvida reside nesse aspeto, questionando o porquê da verba de 95 mil euros se, no anexo, refere a necessidade de cerca de 476 mil euros para a Feira Viva encurtar o prazo médio de pagamento para 60 dias, e não a 121 dias, como aconteceu no ano de 2011. ----

-----  
**O Sr. Presidente da Câmara** esclareceu, relativamente à verba de 95 mil euros, no âmbito das regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas a que se refere a cláusula 3.<sup>a</sup> do contrato-programa, que a verba de 95 mil euros não é para a Feira Viva pagar em 60 dias, mas sim para tender e para aproximar o pagamento em 60 dias. Frisou que a Feira Viva não está, neste momento, a pagar aos fornecedores a 60 dias, ressaltando que a lei dos compromissos permite que o pagamento seja a 90 dias. -----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor (PSD: 28, CDS-PP, Ind., PS:1), 1 voto contra (BE) e 15 abstenções (PS: 14, CDU), aprovar a minuta do Contrato-Programa para 2012 a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

-----  
*Saíram os membros Antero Barbosa, Alberto Oliveira Malta, e António Vilar Oliveira.*-----

-----  
**9 – Alteração dos Estatutos da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M.** -----



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*  
*[Handwritten mark]*

**- Designação do Fiscal Único** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 10 de dezembro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos *Srs. deputados municipais* pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou a submeter o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 29 votos a favor (PSD: 26, PS: 1, CDS-PP, Ind.), 8 votos contra (PS: 7, BE) e 7 abstenções (PS: 6, CDU), aprovar as alterações aos Estatutos da empresa municipal Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M., nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 10 de dezembro de 2012, aprovando, por conseguinte, a versão final atualizada daqueles Estatutos – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Em conformidade, fica, por conseguinte, reformada a deliberação de 27 de novembro de 2009, no respeitante a esta matéria. -----

*Reentraram os membros José Manuel Leão, Alberto Oliveira Malta, e António Vilar Oliveira.* -----

Mais deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD: 29, PS: 2, CDS-PP, Ind.), 8 votos contra (PS: 7, BE) e 6 abstenções (PS: 5, CDU), designar, como fiscal único, “Ângelo Couto & Carlos Ribeiro, SROC”, sociedade de revisores oficiais de contas, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 83, representada por Ângelo Manuel de Oliveira Couto, Revisor Oficial de Contas inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 590, bem como designar, como fiscal único suplente, Carlos Alves Ribeiro, Revisor Oficial de Contas inscrito na Ordem com o n.º 332. -----



**10 – Mapa de Pessoal da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. (para conhecimento) ----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar do mesmo, em papel – a que se refere a deliberação camarária de 13 de dezembro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Ressaltando tratar-se de um assunto para conhecimento da Assembleia, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento da alteração do Quadro de Pessoal da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

**11 – Plano de Atividades e Orçamento para 2013 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. (para conhecimento) -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar do mesmo, em papel – a que se refere a deliberação camarária de 13 de dezembro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Ressaltando tratar-se de um assunto para conhecimento da Assembleia, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Plano de Atividades e Orçamento para 2013 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

*Saiu a deputada municipal Lia Andreia Ferreira. Reentraram os membros Manuel Mota Pinho, Antero Barbosa, Alexandra Sousa, Carla Pinto, Fernanda Paula Oliveira, e Henrique Ferreira – Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura. -----*

**12 – Contrato-Programa para 2013 a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. -----**



- **Aprovação de Minuta** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência – a que se refere a deliberação camarária de 13 de dezembro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) que começou por dizer que, ao falar-se da diminuição do subsídio da Câmara para a Feira Viva, tem que se ter em conta que o subsídio é o previsto, à partida, para 2013, mas que ao mesmo será necessário acrescentar o valor que a Câmara transferirá, no final de 2013, para cobrir o défice que a empresa municipal vier a apresentar no final do exercício desse ano. -----

Referiu haver essas duas situações, ou seja, aquilo que é o previsível e aquilo que, depois, é efetivamente transferido em termos de subsídio, chamando a atenção para o facto de a Assembleia Municipal ter acabado de aprovar uma transferência de mais 200 mil euros para a Feira Viva, referente ao ano de 2012 e em função das adversidades entretanto ocorridas, ressaltando que essa verba não estava prevista no Orçamento para 2012. -----

Ressaltou ter a certeza que, aquando da apresentação das Contas relativas ao exercício de 2012, certamente aparecerá uma verba para cobrir o défice da Feira Viva, dizendo, portanto, que embora seja verdade que, no global, as transferências da Câmara para a Feira Viva têm vindo a diminuir, o valor previsível para 2013 pode ser falacioso e levar a enganar. -----

Aludindo ao Orçamento da Feira Viva para 2013, disse considerar que, apesar de determinados assuntos serem presentes à Assembleia para conhecimento, devem ser discutidos e esclarecidas as dúvidas que houver, e não simplesmente avançados, ressaltando que, se não são para ser debatidos, então que bastará enviar tais documentos aos membros da Assembleia, que desse modo tomavam conhecimento dos mesmos, tornando desnecessário o agendamento desses assuntos nas sessões da Assembleia. -----

Feito esse aparte, e ainda no âmbito do Orçamento para 2013 da Feira Viva, disse constar desse documento que a Viagem Medieval, bem como a Terra dos Sonhos, têm um subsídio



municipal de 0% e que isso é de salutar, mas que, todavia, a Semana Santa é totalmente financiada pela Câmara, que o Imaginarius tem um subsídio da Câmara de cerca de 76% e que o Festival de Gente Sentada tem um subsídio de cerca de 87%. -----  
Destacou, ainda, que o total de rendimentos previstos para a Viagem Medieval é de cerca de 760 mil euros, salientando que seria importante que o máximo possível, senão a totalidade dessa verba fosse investida no Concelho, ou seja, que não se contratem companhias estrangeiras porque isso retira recursos do Concelho. Concluindo a sua intervenção, frisou que a aposta deve passar, cada vez mais, por produções realizadas dentro do Concelho através, por exemplo, das associações concelhias. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que a afirmação do membro Rui Tavares de que a Câmara é responsável pelos prejuízos das empresas municipais é legalmente correta, fazendo sobressair, contudo, que nos últimos quatro ou cinco anos, a Câmara nunca fez transferências para a Feira Viva para cobrir prejuízo. -----  
Explicou que, em 2011, o que aconteceu foi que a Câmara deu como garantia o Pavilhão Desportivo da Lavandeira, no âmbito da dívida da Feira Viva relacionada com o IVA, de cerca de 1 milhão e 500 mil euros, ressaltando que, entretanto, foi dada razão, em parte, à posição defendida pela Feira Viva, o que levou a uma redução dessa dívida para cerca de 500 mil euros. -----

Realçou que, como a Feira Viva tinha a receber, de devolução de IVA, cerca de 500 mil euros, foi feito o respetivo encontro de contas, levando a que a Feira Viva não tivesse de receber nem de pagar IVA à Direção Geral de Finanças, explicando que, em consequência dessa situação, foi desipotecado o Pavilhão Desportivo da Lavandeira. -----

Disse ter havido uma ano em que a Câmara, em vez de celebrar um contrato-programa com a Feira Viva estipulando a transferência de dinheiro para a empresa municipal para a mesma fazer determinados eventos, como a Viagem Medieval, o Imaginarius, entre outros, transferiu dinheiro para cobrir prejuízo. Salientou que isso aconteceu porque, nessa altura, a Direção Geral de Finanças dizia que as transferências para eventos tinham que pagar IVA, mas como essa situação ficou esclarecida, voltou-se aos contratos-programa, em que a Feira Viva presta um serviço à Câmara mediante a transferência de uma verba, prevista no contrato-programa. --  
Frisou que, nos últimos anos, nunca houve duplicação de transferências, que não se transferiu



dinheiro para cobrir prejuízos mas sim que se aumentaram as verbas estipuladas no contrato-programa, explicando que, como já foi abordado na presente sessão, existe uma verba de 90 mil euros que não estava prevista mas que, com a mudança do sistema do IVA, é preciso pagar, e que há uma outra verba de 95 mil euros para se diminuir os prazos de pagamento a fornecedores.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD: 30, CDS-PP, Ind., PS:1), 2 votos contra (BE, PS: 1) e 17 abstenções (PS: 16, CDU), aprovar a minuta do Contrato-Programa para 2013 a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

*Saíram os membros Ângelo Castro e Carla Pinto. Reentraram os membros Jorge Manuel Silva e Adriana Cardoso.*-----

**13 – Tarifário de Água e Saneamento para 2013 (para conhecimento)**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 10 de dezembro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS), que referiu estar prevista, na Área Metropolitana do Porto, a fusão de sistemas intermunicipais de água, e que estava previsto uma subida no custo da água de 10 a 11%. Questionou se havia garantias de que, em 2013, o preço da água não voltaria a subir no caso de se confirmar a fusão das empresas intermunicipais.-----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP), que começou por agradecer à Câmara a



amabilidade de proporcionar à Assembleia Municipal a oportunidade de discutir o assunto, dada a não obrigatoriedade do mesmo ser presente a este Órgão. Disse que, nessa medida, partia também do princípio de que, tendo tido a Câmara essa amabilidade, também estaria aberta às sugestões que, eventualmente, fossem dadas pelos membros da Assembleia, referindo que esta sua intervenção partia desse princípio. -----

Salientou, então, que repetia uma sugestão que tem dado em ocasiões anteriores, dizendo considerar possível e interessante a criação de tarifas especiais de água e saneamento para serem aplicadas a determinadas entidades, como as associações culturais e desportivas, bem como às IPSS. -----

Referiu que tais tarifas especiais seriam uma ajuda importante para as IPSS e para as associações, recordando que essas até viram serem-lhes cortados os subsídios, ressaltando tratar-se de entidades que, habitualmente, têm consumos de água consideráveis e que a criação dessas tarifas representaria um pequeno bónus para as mesmas. -----

-----  
Interveio o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por aludir à questão colocada pelo membro António Cardoso para chamar a atenção de que, na proposta de alteração do tarifário, para além da alteração da tarifa da água a aplicar ao consumidor, fala de um outro aumento que acontecerá em consequência da fixação do preço da água pela Águas do Douro e Paiva, SA, ressaltando que, até ao momento, esse preço não foi, ainda, fixado. -----

Referiu que, na Assembleia Geral de Acionistas da Águas do Douro e Paiva, os municípios defenderam um aumento entre os 2 a 3%, mas que aquilo que o representante das Águas de Portugal propôs, como sócio maioritário, foi um aumento de 8 a 9%. -----

Deu o exemplo das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., dizendo que aquele sistema está a pagar a água “em alta” a 1,50 € enquanto que, em Santa Maria da Feira, se está a pagar 0,36 €, frisando que o Governo quer, através da Águas de Portugal, uniformizar o preço da água, tal como acontece com o preço da eletricidade. Salientou que o Governo está apostado em fazer essa uniformização, fazendo sobressair que, evidentemente, para uns pagarem menos outros terão de passar a pagar mais. -----

Referiu que esse assunto está em discussão e que, por isso, ainda não foi definido, até ao presente momento, o preço da água a praticar pela Águas do Douro e Paiva, SA, alertando para o facto de a ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ter de dar

---



parecer sobre o aumento.-----

Sobre a sugestão dada pelo membro Rui Tavares, referiu ser possível a aplicação de uma tarifa especial, comentando que já existem concessões de água que a aplicam para algumas entidades, realçando que essa hipótese tem sido aventada no caso da concessão existente em Santa Maria da Feira, para os consumos de água da própria câmara, das juntas de freguesia, das escolas, das associações, entre outras entidades. -----

Salientou, contudo, que se essa situação for proposta à concessionária, a mesma fará os seus estudos económicos e dirá que para poder introduzir uma tarifa especial para determinadas entidades terá de aumentar o preço da água a aplicar a todos os clientes, como compensação dessa tarifa especial. -----

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Tarifário de Água e Saneamento para 2013 – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

**14 – Utilização do saldo de tesouraria que transitar para 2013 na conta bancária específica respeitante ao PAEL**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, relativamente ao assunto em epígrafe, informou que o mesmo, a solicitação da Câmara, é retirado da Ordem do Dia, uma vez que, como já mencionado, o dinheiro relativo ao PAEL não deu entrada na Câmara, pelo que o problema não se colocava. Passou, por isso, a introduzir o ponto seguinte da Ordem do Dia. -----

*Saíram os membros António Vilar Oliveira e Maria Rosa Santos – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Caldas de São Jorge. Reentrou o membro António Domingues Pereira.*-----

**15 – Plano de liquidação de pagamentos**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----





O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 13 de dezembro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) que, após confirmar com o Sr. Presidente da Câmara que o valor total pedido pela Câmara, no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – PAEL, vai ser emprestado, questionou qual o critério que a Câmara vai usar para proceder ao pagamento da verba que inicialmente será emprestada, correspondente a 70% do valor total, ou seja, se a Câmara vai pagar 70% de cada fatura ou se vai pagar, aleatoriamente, 70% da dívida aos fornecedores, ao que o *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que a Câmara irá pagar a totalidade da fatura com prioridade para as mais antigas, recordando que essa listagem, das faturas prioritárias, já tinha sido enviada para a Direcção-Geral das Autarquias Locais e para o Tribunal de Contas. -----

O membro *Nuno Serrano* (BE) pediu a palavra para, no âmbito do PAEL, solicitar à Câmara que desse conhecimento à Assembleia Municipal do plano de pagamentos bem como o contrato que assinou com o Governo, lembrando que na altura em que o PAEL foi presente à Assembleia para aprovação ainda não havia a certeza de qual seria a taxa de juro a aplicar sobre esse empréstimo, ressaltando que seria de todo o interesse que a Assembleia tivesse conhecimento dos valores finais. -----

Referiu, ainda a respeito do PAEL, que foi falado que estavam contempladas as dívidas até 31 de março de 2012 mas que os mapas que foram presentes à Assembleia Municipal retratavam a dívida de 31 de dezembro de 2011, questionando se havia algum erro quanto a essa situação, ao que o *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que os mapas que foram presentes à Assembleia Municipal estão corretos porque retratam a dívida vencida há mais de 90 dias, a 31 de março de 2012, salientando que isso corresponde às dívidas em 31 de dezembro de 2011. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia, verificando que mais nenhum membro pretendeu pedir mais esclarecimentos, submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da aprovação por parte da Câmara da



alteração das datas inerentes aos planos de liquidação atuais (31 de dezembro de 2012), passando as mesmas para 2013, e deliberou, por maioria, com 48 votos a favor (PSD: 30, PS: 16, CDS-PP, Ind.), 1 voto contra (BE) e 2 abstenções (PS: 1, CDU), autorizar a respetiva assunção de compromissos, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 13 de dezembro de 2012. -----

*Saíram os membros Manuel Mota Pinho e Amaro Araújo – Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Ver.* -----

**16 – Transferência do Serviço de Limpeza de Fossas Séticas para a Indaqua Feira**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 13 de dezembro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Era já altura de terem aprendido com os erros do passado! Quando transferiram o abastecimento de água para as mãos da Indáqua a água encareceu no concelho. Encareceu e muito! Não podem dizer que não sabiam, porque bem avisámos que isso iria acontecer. -----

Com esse negócio de privatização da água conseguiram fazer com que o concelho de Santa Maria da Feira seja o concelho com a água mais cara do País. E não somos nós que o dizemos. É o estudo da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas que corrobora aquilo que nós sempre dissemos.-----

Chegados aqui e estando na hora de romper com a Indáqua o que esta Câmara tem a propor é, não só o aumento de tarifas da água, como a privatização de mais um serviço, dando-o à Indáqua. Neste caso é o Serviço de Limpeza de Fossas Séticas.-----

Ora, essa transferência que os senhores querem fazer terá uma consequência imediata, que



vocês sabem, muito bem qual é: o aumento brutal do preço deste serviço aos consumidores. Mais uma vez, os senhores querem colocar os feirenses a pagar muito mais por um serviço que já têm.-----

Atualmente, cobra-se 31,75 €, mais 1 € por metro cúbico para fazer este serviço de limpeza e vazamento. Ora a Indáqua propõe-se, qual benemérita, a fazer o mesmo serviço pelo dobro, pelo triplo e pelo quádruplo do dinheiro.-----

Por exemplo, um serviço de vazamento de 5m<sup>3</sup>, atualmente ficaria por 36,75 €, passará para 40 € mais IVA e mais uma taxa de 25% caso seja feito depois das 17h. E assim sucessivamente.-----

Mas há mais:-----

O vazamento de fossas com mais de 20 m<sup>3</sup> representa cerca de 30% do total do serviço. Aqui, a Indáqua ainda propõe um maior aumento. Uma fossa de 30 m<sup>3</sup>, pelo preço atual, segundo o definido na tabela de taxas, ficaria por qualquer coisa como 61,75 €. Com o serviço privatizado e feito pela Indáqua, fica por 138 € mais IVA, um aumento superior a 100%. E, no caso de ser servido por saneamento, o preço dispara para 206 € mais IVA, quase 400% de aumento!-----

Perante estes números já percebemos que a Indáqua se prepara para fazer negócio aumentando brutalmente os preços sobre os consumidores por um serviço que a Câmara já tem e que pode disponibilizar de forma eficiente a todos os munícipes, a preços bem mais acessíveis.-----

Só não se percebem as razões da Câmara Municipal. Será algum arrebatamento amoroso ou paixão assolapada pela Indáqua que impele a Câmara de lhe dar prendas atrás de prendas? Ou é só falta de capacidade para assumir a gestão do município?"-----

-----  
Interveio o membro *Arménio Magalhães* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Exmo. Senhor Presidente da Câmara,-----

A inexistência de rede pública de saneamento, é da inteira responsabilidade da Câmara Municipal.-----

O serviço de limpeza de fossas sépticas que a autarquia presta aos munícipes, atenua um pouco a lacuna da falta da rede pública de saneamento.-----



Se analisarmos bem a prestação deste serviço pela Câmara Municipal, da limpeza de fossas sépticas, chegaríamos à conclusão que deveria ser gratuito, ou quando muito, um pagamento simbólico, dada a ausência da rede pública de saneamento. No entanto os serviços camarários cobram trinta e poucos euros pelo vazamento de uma fossa séptica.-----

Quero lembrar V. Exa. que os munícipes pagaram taxas municipais para a construção das suas habitações, que deveriam ser canalizadas para a construção de infraestruturas, o que na maior parte, isso não aconteceu.-----

Também quero recordar-lhe que os proprietários das habitações pagam o Imposto Municipal de Imóveis, e que a partir do próximo ano de 2013 vão ser fortemente agravados, verbas estas que deveriam ser canalizadas para serem utilizadas na construção e manutenção das infraestruturas que o município deve disponibilizar à população.-----

No entanto ao tomar conhecimento que a Câmara Municipal pretende transferir o serviço de limpeza de fossas sépticas para a Indaqua Feira, pergunto-lhe Sr. Presidente:-----

Estamos a dois ou três anos da conclusão de uma grande fatia da rede de saneamento do concelho. Porque não aguardar que a transferência do serviço de limpeza de fossas se realize após a conclusão da rede de saneamento?-----

Que contrapartidas a Câmara Municipal vai usufruir com a concessão deste serviço público? --

Qual o verdadeiro motivo que leva esta Câmara, em final de mandato, transferir estes serviços para a Indaqua Feira, quando o tem prestado à população durante largos anos?-----

O Sr. Presidente, por certo, tem a noção de que vai agravar e em muito a prestação deste serviço à população?-----

Até à presente data, a Câmara cobra trinta e poucos euros por limpeza de uma fossa média de moradia unifamiliar com uma volumetria entre 10 e 15 m<sup>3</sup>. A proposta aqui apresentada pela Indaqua Feira, aponta para um custo superior a oitenta euros, ou seja, 150 % mais caro que os custos atuais. Isto para não falarmos na aplicação do IVA, que agrava ainda mais o preço, que passa a custar o serviço, cerca de cem euros.-----

O brutal agravamento deste serviço, vai originar que muitos munícipes, por falta de meios, deixem os escorrimentos para a via pública provocando uma forte poluição ambiental, da qual, indiretamente o Sr. Presidente tem responsabilidades.-----

Senhor Presidente, é do nosso conhecimento, que o serviço de limpeza de fossas prestado pelos serviços municipais, tem algumas lacunas, algumas deficiências, mas com mais ou



menos dificuldade, vai-se fazendo. É um serviço que não acarreta grandes encargos ao município. Com a aproximação da conclusão da rede de saneamento na maior parte das freguesias do concelho, vai por certo reduzir a utilização do serviço de limpeza de fossas sépticas. -----

E para terminar, lembrar mais uma vez ao senhor Presidente, que um serviço que os Serviços Municipais cobram trinta e poucos euros, os feirenses vão passar a pagar oitenta e tal euros, pondo em risco a saúde pública, o meio ambiente e o bem-estar da população.-----  
Está nas suas mãos penalizar, ou não, a população residente no concelho de Santa Maria da Feira.”-----

-----  
Interveio o membro **Rui Tavares** (CDS-PP) que começou por dizer não ter percebido as duas intervenções anteriores, ressaltando que se a Indaqua Feira o pretendesse podia disponibilizar o serviço da limpeza das fossas sépticas ao preço que quisesse, dizendo que, na sua opinião, a Indaqua Feira não precisava, sequer, de ter negociado com a Câmara. Frisou que se os particulares prestam esse serviço, a Indaqua Feira também o pode fazer, realçando considerar a discussão em torno do preço como sendo ridícula uma vez que a Indaqua Feira vai entrar num mercado concorrencial. -----

Disse entender que, bem mais importante do que a questão do preço, é o facto de tratar-se de um serviço que não está regulado, sublinhando ser nesse aspeto que reside o problema, questionado onde são feitas as descargas pelas entidades privadas que efetuam esse serviço da limpeza das fossas sépticas. Fez sobressair que essas descargas ou são feitas numa tampa de saneamento, ressaltando que, nesse caso, o privado tira benefício imediato de um sistema que é cobrado a todos os munícipes, ficando com o dinheiro para si, ou então efetua a descarga diretamente no meio ambiente, poluindo-o e indo contra todo o esforço que está a ser feito na construção da rede de saneamento, para que não haja poluição. Reafirmou que, por essa razão, considera que o mais importante é regulamentar o serviço da limpeza das fossas sépticas. -----

Ainda em relação à rede de saneamento, disse entender importante a distinção que é feita entre os clientes servidos e os não servidos pela rede de saneamento, dizendo concordar que os clientes que estão servidos pela rede mas que não querem fazer a respetiva ligação à rede pública devem pagar mais caro pelo serviço da limpeza das fossas sépticas. -----

Salientou, contudo, entender que para os clientes que não estão servidos pela rede de



saneamento o serviço da limpeza das fossas devia ser gratuito, dado que não têm culpa de não terem rede de saneamento à porta de casa. Disse considerar que o serviço gratuito seria razoável e justo para com esses munícipes, mas que também já sabia qual seria a resposta do Sr. Presidente da Câmara perante esta sua proposta, ou seja, que o Sr. Presidente iria responder que, para que uns sejam beneficiados, os outros teriam que pagar um bocadinho mais.-----

Referiu que outra crítica que apontava prende-se com o facto de muitas casas não terem rede de saneamento à porta por culpa da forma como essa rede foi construída, frisando que essa situação é ainda mais grave. Disse que, como exemplo, dava nota de um caso que conhece, na freguesia de Argoncilhe, salientando existir uma extensão de dois quilómetros de rede de saneamento com três estações elevatórias, e que foram deixadas cinco ou seis casas sem rede de saneamento porque se encontram numa zona mais baixa e porque a Indaqua Feira, por opção, não quis fazer o adutor principal junto das ribeiras e dos cursos de água, tal como foi feito noutros concelhos.-----

Concluindo a sua intervenção, o membro Rui Tavares disse considerar um absurdo que, em dois quilómetros, existam três estações elevatórias, recordando que as mesmas estão, permanentemente, de dia e de noite, a consumir energia elétrica.-----

Usou da palavra o membro **Pedro Almeida** (CDU) que começou por ressaltar que a Indaqua Feira não vai entrar no mercado aberto, no mercado concorrencial, mas sim que vai substituir as atribuições da Câmara Municipal em matéria de serviços de limpeza de fossas sépticas.-----

Referiu que essa situação não faz sentido pela simples razão de que, se existe necessidade de fazer a limpeza das fossas sépticas, isso acontece devido à responsabilidade direta e de natureza política da Câmara Municipal, por não ter concluído a tempo a rede de saneamento.-----

Salientou que, embora havendo privados a fazerem o serviço, a recolha por parte da Câmara é um sintoma da consciência da Câmara do seu atraso, tentando a mesma, de alguma forma, reparar os danos causados proporcionando um serviço a custos controlados aos munícipes. Frisou que isso é justo para os munícipes e que a Câmara não está a fazer mais do que a sua obrigação mas que, com a proposta de transferência do serviço de limpeza para a Indaqua Feira, esse princípio é colocado em causa. Ressaltou não se tratar de uma questão de dinheiros ou de clientes, mas sim de utentes, porque está em causa uma necessidade básica, fazendo



sobressair que essa necessidade básica decorre de más políticas municipais, considerando intolerável que a Câmara apresente à Assembleia Municipal tal alijar de responsabilidades. --- Prosseguiu dizendo que a CDU já sabia, e que já o tinha denunciado, que o serviço prestado pela Câmara era de qualidade muito duvidosa, salientando que isso mesmo foi reconhecido na reunião de Câmara onde o assunto foi tratado. Ressaltou que a CDU já tinha percebido que a Câmara não tinha interesse em qualificar esse serviço mas que, agora, percebeu o porquê, fazendo sobressair que, uma vez mais, a Câmara adotou a estratégia do “deixar apodrecer para depois alienar”. Focou que esse proceder da Câmara está errado porque a mesma tem responsabilidades morais na necessidade de limpeza das fossas sépticas. -----

Relativamente à respetiva tabela de preços, disse que todos reconhecerão que a mesma é quase ostensiva, perguntando à Câmara que mecanismo prevê a mesma para a regulação de preços. Disse que não caberá na cabeça de ninguém que a Câmara simplesmente “sacuda a água do capote” aliando esse serviço sem que tenha, em contrapartida, qualquer mecanismo compensatório de regulação, de tentativa de impedir que haja um disparar de preços tal como aconteceu com o preço da água. -----

A respeito do preço da água, disse não estar em causa se o preço praticado em Santa Maria da Feira é o mais caro do País ou se é o segundo, terceiro, ou quarto, mas sim que os feirenses têm uma água a custos desproporcionais, têm uma água mais cara do que a maioria dos portugueses, destacando que deveriam ser apuradas responsabilidades por esse sucedido. -----

O membro Pedro Almeida referiu que a Câmara não aprendeu com o caso da água, sublinhando que, em relação às fossas sépticas, a situação é precisamente a mesma, ou seja, que está a alijar responsabilidades sem se comprometer com o futuro desse serviço, concluindo a sua intervenção questionando à Câmara como pode garantir que não haverá também, no serviço de limpeza das fossas sépticas, uma descambada dos preços. -----

Usou da palavra o membro **Leandro Reis** (PS) que, a respeito da intervenção efetuada pelo membro Rui Tavares e da afirmação de que a Indaqua Feira já podia ter entrado no negócio dos limpa-fossas caso o pretendesse, questionou ao Rui Tavares se já se havia interrogado do porquê da Indaqua Feira, podendo ter entrado nesse negócio, nunca o ter feito. Disse que a razão é exatamente a mesma que leva a que os colombianos não queiram comprar a REFER, só queiram a ANA e a TAP, salientando que ninguém quer comprar algo que não dê



rendimento, mas que se se perspetivar que pode passar a dar rendimento, já quer comprar. -----  
Referiu que, agora, a Indaqua Feira quer prestar esse serviço, dizendo esperar que, deixando a Câmara de o fazer, não se passe a dificultar aos privados o acesso ao mesmo porque, nesse caso, o mercado concorrencial que foi mencionado deixaria de ser tão concorrencial e a Indaqua Feira, a exemplo do que tem acontecido com outros serviços, eventualmente passaria a cobrar mais pelo serviço. Disse saber que a Câmara é séria e que a Indaqua Feira também o é e que, por isso, essa situação não acontecerá, mas que apenas estava a colocar essa possibilidade. -----

Aludindo à afirmação do Sr. Presidente da Câmara de que a mesma deve ser a única do País a abrir todas as suas reuniões camarárias aos jornalistas, referiu que o Concelho de Santa Maria da Feira deve ser, também, o único do País, ou da região, em que o negócio de limpa-fossas ainda dá muito dinheiro, concluindo a sua intervenção destacando que isso é, desde logo, uma assunção da parte da Câmara de que foi incapaz de fazer a rede de saneamento e o confessar da mesma da sua incapacidade em prestar o serviço que substitui essa rede de saneamento. ----

-----  
Interveio o membro *António Sérgio Silva*, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca, que começou por referir que, provavelmente, a proposta vai ser aprovada por uma maioria que, na maior parte, já terão rede de saneamento à porta. Disse poder garantir que, na freguesia de Travanca, a rede de saneamento não ficará concluída no ano de 2013 e que, agora, os travanquenses, os esparguenses, os soutenses, os mosteiroenses, ver-se-ão deparados com tais preços pelo serviço de limpa-fossas. -----

Sobre o mencionado pelo Rui Tavares em relação aos sítios onde são despejados os limpa-fossas, referiu que a Câmara Municipal faz a mesma coisa que fazem os particulares e que poderia mostrar isso mesmo ao membro Rui Tavares, caso ele o pretendesse. -----

Informou que em freguesias como as de Travanca, Espargo, São Miguel de Souto, Mosteirô, ainda falta construir muita rede de saneamento e que, no caso concreto de Travanca, podia garantir, uma vez mais, que a rede não ficará concluída em 2013. -----

Disse ser lamentável que a Câmara apresente tal proposta, com tais preços, numa altura em que as pessoas atravessam muitas dificuldades e com o nível de desemprego que se verifica. --

Concluindo a sua intervenção, disse que iria apresentar tais preços para o serviço de limpa-fossas, propostos pela Câmara, aos travanquenses. -----





Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por destacar, a propósito da intervenção efetuada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca, que também consta do documento que aqueles clientes que não sejam servidos por rede de saneamento têm um desconto no preço, ressaltando que, eventualmente, as pessoas não repararam nesse aspeto.-----

Referiu que o equipamento através do qual os serviços da Câmara fazem o vazamento das fossas sépticas está a chegar ao fim de vida e que, perante isso, tornou-se necessário encontrar uma solução, fazendo sobressair que a Câmara entendeu não ser o momento oportuno para fazer um investimento nesse equipamento. -----

Salientou que aquilo que o Governo Português negociou com a Comunidade Europeia, em termos de rede de saneamento, foi atingir a cobertura de 90%, ressaltando que, no Concelho de Santa Maria da Feira, essa fasquia será ultrapassada. -----

Disse que o serviço de limpa-fossas vai continuar a ser necessário mesmo quando, em Travanca, a rede de saneamento ficar concluída em 2013, ressaltando que essa necessidade não se extinguirá porque no Concelho de Santa Maria da Feira, como noutros, continuarão a existir algumas casas em localizações mais afastadas, em que não se justifica o investimento para servir essas mesmas casas com rede de saneamento. -----

Referiu que a discussão que ouviu em torno do assunto não passa, no seu entendimento, de politiquice, frisando que os operadores privados do serviço de limpa-fossas que atuam no Concelho poderão, naturalmente, continuar a fazê-lo. Focou, ainda, que é a própria legislação que diz ser da competência do gestor do saneamento ter limpa-fossas para os casos em que não seja possível levar a rede de saneamento a determinadas casas. -----

Quanto ao porquê de não se esperar pela conclusão das obras da rede de saneamento no Concelho para apresentar a proposta, salientou que se este é o momento para o fazer então que não se vai esperar oito meses, nove meses, ou um ano. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara referiu que, por mais discursos populares que se façam, a Câmara não atua somente na perspetiva de agradar à população, mas sim de fazer o que for melhor para a população e para o Concelho. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor (PSD: 30, Ind.), 15 votos contra (PS: 12,



CDS-PP, BE, CDU) e 3 abstenções (PS), aprovar a transferência do serviço de limpeza de fossas sépticas para a Indaqua feira, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013, nas condições propostas pela mesma – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) para fazer uma declaração de voto que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Eu só queria justificar que votei contra porque acho que a Câmara devia de, pura e simplesmente, fazer a extinção deste serviço na Câmara e deixar, depois, que a Indaqua, ou os outros privados, o assumissem. -----

Ao fazer um acordo deste género, penso que podia ter ido mais longe no sentido da defesa dos clientes que não são servidos pela rede de saneamento e, aí sim, a Câmara podia impor algo mais à Indaqua. Daí o meu voto contra.” – Fim de citação. -----

**17 – Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira e a Comunidade Urbana de Kenitra – Marrocos** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 29 de outubro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos *Srs. deputados municipais* pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou a submeter o assunto a votação. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do memorando de entendimento relativo ao estabelecimento futuro duma parceria entre o Município de Santa Maria da Feira e a Comunidade Urbana de Kenitra celebrado em 17 de outubro de 2012 – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – e deliberou, por -----



maioria, com 47 votos a favor (PSD: 30, PS: 14, CDS-PP, CDU, Ind.), 1 voto contra (BE) e 1 abstenção (PS), aprovar a minuta do Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira e a Comunidade Urbana de Kenitra – Marrocos, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 29 de outubro de 2012.-----

-----  
O membro *Nuno Serrano* (BE) disse que faria chegar à Mesa uma declaração de voto relativamente ao assunto em questão. É do seguinte teor essa declaração de voto, entretanto rececionada:-----

“O inacreditável aconteceu na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira. Por proposta do executivo da Câmara foi aprovado com os votos a favor do PSD/CDS e PS um protocolo entre a autarquia e a zona franca de Kenitra, Marrocos. -----

Numa altura em que o governo PSD/CDS faz o maior ataque de sempre aos contribuintes, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira resolve assumir que fugir aos impostos, desviando as sedes das empresas para uma zona franca é o caminho. -----

Finalmente os partidos do arco do poder assumiram que os impostos são apenas para os trabalhadores e as classes mais desfavorecidas pagar.-----

Para os poderosos há sempre um guarda-chuva que se abre, num buraco legislativo qualquer, que os abriga do pagamento de impostos.-----

Numa época de agudizada crise económica e social no concelho e no País, e em que as verbas disponibilizadas no orçamento municipal para 2013 em áreas tão importantes como seja a área social irão sofrer elevados cortes (cortam 50%), o BE está contra a celebração deste Protocolo de Cooperação entre o Município de Santa Maria da Feira e a Comunidade Urbana de Kenitra. -----

O BE não pode admitir que se gaste um cêntimo que seja do erário público neste protocolo, no qual não são especificadas e não se avistam as vantagens reais, concretas e de curto prazo para o município de Santa Maria da Feira. Para este tipo de despesa há sempre dinheiro, mas para cumprir os protocolos e contratos entre a Câmara Municipal e as instituições, coletividades e empresas do concelho nunca há dinheiro, acumulando-se dívida em cima de dívida, e impossibilitando-se estas instituições de planearem e concretizarem as suas futuras atividades e projetos, o que resulta num concelho mais pobre económica e culturalmente. -----

No documento apresentado é dito que a “Primavera Árabe teve uma expressão quase

---



inexistente” no Reino de Marrocos, pois só este facto deveria ser suficiente para todos nós repudiarmos a cooperação entre o nosso município e um governo que continua a perpetuar, em Marrocos, um inverno monárquico, conservador e não respeitante das liberdades e garantias básicas dos seus cidadãos, com uma espécie de eleições para confortar a alma do Ocidente, perseguindo os defensores da democracia, inclusive usando a tortura como forma de dissuadir a luta pela democracia. -----

Um dos exemplos mais recentes é a criminalização do direito à greve, o que em Portugal o governo PSD\CDS começa a dar os primeiros passos. Para a Câmara Municipal é perfeitamente normal efetuar um protocolo com um regime que persegue brutalmente o povo Saharai que luta pelo seu direito à autodeterminação. -----

Sabemos que é na região de Kenitra que se situa mais uma das aberrações do capitalismo dos nossos dias, a Zona Franca do Atlântico (AFZ), que consiste numa zona franca para exportação com benefícios fiscais e aduaneiros. Qual será então o real propósito deste protocolo? Será que querem que as empresas do concelho se deslocalizem para Kenitra, aumentando o desemprego? Será que querem que as empresas do concelho mudem a sua sede fiscal para Kenitra, deixando de pagar os seus impostos onde deveriam pagar, fugindo ao seu dever de contribuir para o desenvolvimento de Portugal? -----

Por todas estas razões o Bloco de Esquerda vota contra este protocolo vergonhoso.” -----

**18 – Pedido da Associação Empresarial de Santa Maria da Feira de isenção de taxas para colocação de outdoors publicitários**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 15 de outubro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) para dizer que o grupo municipal do PS vota favoravelmente o assunto mas com a ressalva de que, no futuro, casos semelhantes devem ter



o mesmo tratamento.-----

O membro *Rui Tavares* (CDS-PP) disse que fazia suas as palavras proferidas pelo membro António Cardoso, porque ia referir exatamente o mesmo.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 47 votos a favor (PSD: 30, PS: 15, CDS-PP, Ind.) e 2 abstenções (BE, CDU), isentar a Associação Empresarial de Santa Maria da Feira do pagamento de taxas para colocação de quatro outdoors publicitários, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 15 de outubro de 2012.-----

*Saíram os membros Adriano Martins e Zeferino Santos – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Souto. Reentrou o membro Amaro Araújo – Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Ver.*-----

**19 – Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Não Urbanísticas do Município de Santa Maria da Feira**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 10 de dezembro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Interveio o membro *Marco Jesus* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“O artigo 11.º deste regulamento, prevê a possibilidade da Câmara Municipal encurtar o prazo de resposta de um requerimento, quando o carácter de urgência é solicitado pelo requerente.---  
Este procedimento é, ainda nos termos do mesmo artigo, acompanhado de cobrança de um acréscimo percentual sobre o valor normalmente cobrado em conformidade com a tabela das



taxas em vigor. Esta pretensão de um prazo substancialmente reduzido face ao período normalmente previsto, traduz-se dentro do prazo definido de três dias úteis para responder ao requerimento. -----

Ora, apesar da Câmara, por sua vez, ressaltar que se tal não for possível – resolver atempadamente o solicitado – não tem intenções de proceder à cobrança, certo é que omite, todavia, este pressuposto no referido regulamento. -----

A bancada do partido socialista acha esta situação curiosa, levando-nos a pensar que a sua não estipulação pode ser propositada. Como todos sabemos, a Câmara Municipal tem tido sérias dificuldades no cumprimento, desde logo, do estipulado nos prazos normais. -----

Assim, da mesma forma, será de esperar também o incumprimento do prazo previsto dos pedidos com carácter de urgência. Claro que, tendo em conta a enorme satisfação do requerente em obter uma resposta desta Câmara, certo, fora do prazo do pedido de urgência mas dentro dos prazos normais, o melhor se calhar era nem dizer nada. Afinal, ganhou-se em eficiência e o munícipe agradece. -----

Mas na verdade o que acontece é que, provavelmente, os munícipes estão a ter um custo suplementar para os seus processos terem a esperada resposta dentro do prazo previsto de tramitação. E isto não é correto, Sr. Presidente. -----

Os pedidos de urgência não podem substituir os prazos normais. O requerente paga um serviço extra que deve ser cumprido. Por essa razão, não entende a bancada do partido socialista a pouca vontade desta Câmara em fazer referência expressa no regulamento à sua não cobrança caso ultrapasse o prazo previsto de três dias úteis. Faria todo o sentido que assim fosse se a Câmara pugna pelo seu cumprimento. -----

A bancada do partido socialista vota contra este Regulamento.” -----

Interveio o membro **Rui Tavares** (CDS-PP), que começou por dizer que tentou encontrar, na tabela de taxas, a famosa taxa que é cobrada pela Câmara quando um cidadão apresenta uma queixa ou faz uma denúncia à Câmara Municipal, mas que não a encontrou, dizendo que queria saber se essa taxa consta do regulamento em discussão uma vez que se recusava a votar favoravelmente um regulamento que contivesse tal taxa. -----

O membro Rui Tavares foi esclarecido, nesse instante, de que a taxa a que aludiu não consta do regulamento em causa, mas sim do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. -



Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para, em relação à intervenção efetuada pelo membro Marco Jesus, dizer que a questão levantada é uma repetição da discussão tida na reunião de Câmara, dizendo considerar tratar-se de uma discussão que não tem razão de ser. -- Frisou que a retirada da taxa de urgência do regulamento significa um prejuízo para os munícipes, fazendo menção de que, na sua recente ida a Moçambique, na missão empresarial organizada pela Câmara e pela ADRITEM, não fosse ter pago a taxa de urgência, não teria recebido o passaporte em tempo oportuno para poder realizar a viagem. ----- Questionou o porquê de se querer retirar aos munícipes a possibilidade de, pagando a taxa de urgência, obter determinado documento num prazo de três dias, fazendo sobressair que caso a Câmara não satisfaça o pedido dentro desse prazo então que, naturalmente, não cobra ao munícipe essa taxa de urgência.-----

O Sr. Presidente da Câmara concluiu dizendo não perceber que prejuízo pode causar às pessoas a existência da taxa de urgência no regulamento e que, em seu entender, certo é que a não possibilidade da taxa de urgência é que poderia trazer prejuízos aos munícipes. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 32 votos a favor (PSD: 30, CDS-PP, Ind.), 8 votos contra (PS; 7, BE) e 8 abstenções (PS: 7, CDU), aprovar a versão final corrigida do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Não Urbanísticas do Município de Santa Maria da Feira – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 10 de dezembro de 2012.-----

Em conformidade, fica, por conseguinte, reformada a deliberação de 24 de setembro de 2010, no respeitante a esta matéria. -----

*Reentraram os membros Adriano Martins e Manuel Mota Pinho.* -----

- 20 – Autorização da repartição de encargos e assunção de compromissos**-----
- **Empreitada de “Construção da Unidade de Saúde de Argoncilhe”** -----
  - **Repartição plurianual dos encargos com todos os ramos de seguros contratados**-----
  - **“Construção de Adutora do Reservatório R48.2 e /ou R48.3 para a rede em baixa da**



- cidade da Feira” -----
- Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais da Bacia B3 – Cáster/  
Contrato-Promessa de Compra e Venda a celebrar entre Mário Pais Leite de Sá e outros  
e a Câmara Municipal -----
  - Acordo de Parceria celebrado entre a Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. e o  
Município de Santa Maria da Feira -----
  - “Reabilitação do Cineteatro António Lamoso/CCTAR – Centro de Criação de Teatro e  
Artes de Rua – Polo 2” -----
  - “Prestação de serviços especializados da revisão da metodologia de dedução do IVA”---
  - Subsídios -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, explicando que, porque cada um dos itens em epígrafe tinha a sua especificidade, os submeteria, separadamente, a votação. -----

-----

– *Empreitada de “Construção da Unidade de Saúde de Argoncilhe”* – a que se refere a deliberação camarária de 26 de novembro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 50 dos 64 membros que compõem este Órgão, autorizar a repartição de encargos e assunção de compromissos relativa à empreitada em epígrafe, nos seguintes termos: -----

. Ano 2012 – 98.940,07 €; -----

. Ano 2013 – 1.032.669,08 €-----

-----

– *Repartição plurianual dos encargos com todos os ramos de seguros contratados* – a que se refere a deliberação camarária de 10 de dezembro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD: 30, PS:16, CDS-PP, CDU, Ind.) e 1 abstenção (BE), autorizar a repartição de encargos e assunção de compromissos com todos os ramos de seguros contratados, nos seguintes termos:-----

. Ano 2013: 06/01030901 – 81.522,52 € -----

---





*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

06/020212 – 83.152,98 €-----

. Ano 2014: 06/01030901 – 81.522,52 € -----

06/020212 – 83.152,98 €-----

-----  
– “*Construção de Adutora do Reservatório R48.2 e /ou R48.3 para a rede em baixa da cidade da Feira*” – a que se refere a deliberação camarária de 10 de dezembro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD: 30, PS:16, CDS-PP, CDU, Ind.) e 1 abstenção (BE), autorizar a assunção do compromisso respeitante à empreitada em epígrafe, para o ano de 2013, no montante de 60.275,41 €. -----

-----  
– *Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais da Bacia B3 – Cáster/ Contrato-Promessa de Compra e Venda a celebrar entre Mário Pais Leite de Sá e outros e a Câmara Municipal* – a que se refere a deliberação camarária de 10 de dezembro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

-----  
O membro **António Cardoso** (PS) pediu a palavra para fazer um pedido de esclarecimento à Câmara, questionando se a presente assunção de compromissos é para ultrapassar a Lei dos Compromissos, ou seja, se dava cumprimento à Lei dos Compromissos, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** explicou que a repartição de encargos e assunção de compromissos, do contrato-promessa em questão, é para os anos seguintes, dizendo que se fosse para pagar ainda em 2012, então que a Câmara teria de fazer as contas de acordo com a Lei dos Compromissos, ressaltando que isso seria competência da Câmara. Destacou que, como é para os anos seguintes, e como não havia um Orçamento aprovado para 2013 quando o assunto foi votado e aprovado pela Câmara Municipal, então que o assunto tinha de ser submetido à Assembleia Municipal, para a mesma deliberar. -----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 47 votos a favor (PSD: 30, PS:14, CDS-PP, CDU, Ind.) e 3

---



abstenções (PS: 2, BE), autorizar a repartição de encargos e assunção de compromissos respeitante ao contrato-promessa em epígrafe, nos seguintes termos: -----

. Ano 2013 – 10.000,00 € -----

. Ano 2014 – 15.000,00 €. -----

-----  
– *Acordo de Parceria celebrado entre a Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. e o Município de Santa Maria da Feira* – a que se refere a deliberação camarária de 10 de dezembro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD: 30, PS:16, CDS-PP, CDU, Ind.) e 1 abstenção (BE), autorizar a assunção do compromisso respeitante ao acordo em epígrafe, para o ano de 2013, no montante de 19.491,15 €. -----

-----  
– *“Reabilitação do Cineteatro António Lamoso/CCTAR – Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua – Polo 2”* – a que se refere a deliberação camarária de 10 de dezembro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

-----  
O membro *Nuno Serrano* (BE) interveio para pedir um esclarecimento a propósito do assunto em epígrafe, dizendo que o projeto do CCTAR foi alterado e que não tivera conhecimento disso, frisando que não foi dada, a esta Assembleia Municipal, qualquer informação a respeito dessa alteração, ao que o *Sr. Presidente da Câmara* realçou que esse assunto tem sido mais do que discutido, destacando que foi feita uma apresentação do projeto do CCTAR, que entretanto foi feita uma alteração ao projeto, e que essa alteração foi aprovada pela Câmara Municipal, dentro das competências da mesma. -----

-----  
Submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 50 dos 64 membros que compõem este Órgão, autorizar a assunção do compromisso respeitante à empreitada em epígrafe, para o ano de 2013, no montante de 1.000.000,00 €, acrescido do IVA. -----



– “*Prestação de serviços especializados da revisão da metodologia de dedução do IVA*” – a que se refere a deliberação camarária de 10 de dezembro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----  
E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD: 30, PS:16, BE, CDU, Ind.) e 1 abstenção (CDS-PP), autorizar a assunção do compromisso respeitante ao procedimento em epígrafe, para o ano de 2013, no montante de 74.000,00 €, acrescido do IVA. -----

– *Subsídios* – a que se referem as deliberações camarárias de 10 e 13 de dezembro de 2012 enviadas, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 47 votos a favor (PSD: 30, PS:14, CDS-PP, CDU, Ind.), 2 votos contra (PS) e 1 abstenção (BE), autorizar a assunção dos compromissos para 2013 e repartições de encargos para os anos seguintes nos casos em que se aplique, respeitantes aos subsídios atribuídos às entidades que a seguir se identificam, nos seguintes termos: -----

- *Junta de Freguesia de S. João de Ver* - autorizar a assunção do compromisso para o ano de 2013, no montante de 8.800,00 €; -----
- *Atribuição de subsídios para aquisição de viaturas* – autorizar a assunção dos compromissos para 2013, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 13 de dezembro de 2012; -----
- *Clube Desportivo de Paços de Brandão – Campo de Treinos – apoio eletrificação* - autorizar a assunção do compromisso para o ano de 2013, no montante de 4.000,00 €; -----
- *Agrupamento de Escolas Fernando Pessoa* - autorizar a assunção do compromisso para o ano de 2013, no montante de 2.500,00 €; -----
- *Fábrica da Igreja Paroquial de S. Tiago de Espargo* - autorizar a assunção do compromisso para o ano de 2013, no montante de 2.400,00 €; -----
- *C.C.R. Fornos* - autorizar a assunção do compromisso para o ano de 2013, no montante de 68.850,00 €; -----
- *Academia de Música de Santa Maria da Feira* - autorizar a assunção do compromisso para o ano de 2013, no montante de 25.747,90 €; -----



- *Academia de Música de Paços de Brandão* - autorizar a assunção do compromisso para o ano de 2013, no montante de 5.085,00 €;-----
- *Fábrica da Igreja Paroquial de Paços de Brandão* - autorizar a assunção do compromisso para o ano de 2013, no montante de 12.000,00 €;-----
- *Conselho da Fábrica da Igreja Santo Isidoro* - autorizar a assunção do compromisso para o ano de 2013, no montante de 10.000,00 €;-----
- *Fábrica da Igreja de S. Martinho de Escapães* - autorizar a assunção do compromisso para o ano de 2013, no montante de 10.000,00 €;-----
- *MASSPO – Movimento de Apoio Social de S. Paio de Oleiros* - autorizar a assunção do compromisso para o ano de 2013, no montante de 2.010,00 €;-----
- *Universidade Sénior – Academia de Cultura e Cooperação de Santa Maria da Feira* - autorizar a assunção do compromisso para o ano de 2013, no montante de 9.500,00 €;-----
- *Associação Desportiva de Argoncilhe* - autorizar a assunção do compromisso para o ano de 2013, no montante de 2.001,00 €;-----
- *Centro Social de Gião* - autorizar a assunção do compromisso para o ano de 2013, no montante de 15.000,00 €;-----
- *Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura* - autorizar a assunção do compromisso para o ano de 2013, no montante de 40.428,71 €;-----
- *Junta de Freguesia de S. João de Ver* - autorizar a assunção do compromisso para o ano de 2013, no montante de 60.000,00 €;-----
- *Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas* - autorizar a assunção do compromisso para o ano de 2013, no montante de 32.000,00 €;-----
- *APN – Associação Portuguesa de Doentes Neuromusculares* - autorizar a repartição de encargos e assunção de compromissos, nos seguintes termos:-----
  - . Ano 2013 – 11.000,00 €-----
  - . Ano 2014 – 10.000,00 €;-----
- *Associação Bem Estar de Santa Maria de Lamas* - autorizar a repartição de encargos e assunção de compromissos, nos seguintes termos:-----
  - . Ano 2013 – 39.800,00 €-----
  - . Ano 2014 – 20.000,00 €;-----
- *Federação Portuguesa de Basquetebol* - autorizar a repartição de encargos e assunção de



compromissos, nos seguintes termos: -----

. Ano 2013 – 7.500,00 €-----

. Ano 2014 – 10.000,00 €; -----

▪ *Associação Cultural, Desportiva da Lavandeira – S. João de Ver* - autorizar a repartição de encargos e assunção de compromissos, nos seguintes termos: -----

. Ano 2013 – 8.000,00 €-----

. Ano 2014 – 8.000,00 €;-----

▪ *Fábrica da Igreja Santo André de Gião* - autorizar a repartição de encargos e assunção de compromissos, nos seguintes termos: -----

. Ano 2013 – 42.500,00 €-----

. Ano 2014 – 62.500,00 €-----

. Ano 2015 – 195.000,00 €-----

O membro *Adriano Martins* (PS) pediu a palavra para fazer uma declaração de voto, a propósito do item “Subsídios”, que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Eu votei contra porque a Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares adquiriu um trator e pediu um subsídio à Câmara, e foi indeferido o subsídio. Foi só por isso. Eu entendo que deveria ter sido contemplado, da mesma maneira como foram os outros.” – Fim de citação. ----

*Saíram os membros Victor Neves, Leandro Reis, Marco Jesus, Alberto Malta, e Luís André Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Fornos.* -----

## 21 – Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Santa Maria da Feira -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 21 de dezembro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----



Interveio o membro **Antero Barbosa** (PS) que começou por realçar o facto de a Câmara ter decidido avançar com o regulamento em questão, ressaltando que, provavelmente, a Câmara se tinha esquecido do assunto e que só se terá lembrado do Conselho Municipal da Juventude após o comunicado da Juventude Socialista (JS), em que a mesma convidou as juventudes partidárias para discutir esse assunto. -----

Referiu que o presente assunto foi motivo para uma adenda à Ordem do Dia da presente sessão, frisando, a esse respeito, que ou houve algum lapso administrativo na elaboração da Ordem do Dia ou, então, foi esquecimento do assunto por parte da Câmara. -----

Salientou que a JS vem, há anos, mostrando a utilidade dos Conselhos Municipais da Juventude, recordando ainda que, no passado mês de setembro, a JS inclusivamente realizou uma ação de protesto exigindo a implementação do Conselho Municipal da Juventude de Santa Maria da Feira, dando voz aos jovens de Santa Maria da Feira. Ressaltou que a Sr.<sup>a</sup> vereadora do pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, no âmbito dessa ação de protesto, veio dizer, através da comunicação social, que não havia verba para publicar o regulamento no Diário da República. Ressaltou, contudo, que passados três dias dessa ação de protesto, o certo é que o regulamento foi publicado no Diário da República. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Antero Barbosa disse esperar que o Conselho Municipal da Juventude de Santa Maria da Feira vá em frente e que o regulamento seja cumprido. -----

Usou da palavra o membro **Pedro Almeida** (CDU) que iniciou por referir que a CDU congratula-se pela apresentação do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Santa Maria da Feira, sublinhando que a CDU já tinha, em várias instâncias, manifestado a urgência deste regulamento bem como a importância desse Conselho, mas que também não deixou de exprimir as suas preocupações de fundo quanto àquilo que será o “*modus operandi*” desse órgão. -----

Disse que tais preocupações não são de pormenor ou formais, que pudessem traduzir-se em alterações ao regulamento, ressaltando que esse é mais ou menos consensual, mas que a preocupação reside naquilo que vai fazer a Câmara com o Conselho Municipal da Juventude. - Salientou que a CDU entende que o Conselho Municipal da Juventude não pode ser um órgão de fachada, para cumprir calendário, que não pode ser um braço da Juventude Partidária do



partido da Câmara e que não pode ser um órgão de legitimação ou de convalidação das medidas que a Câmara decidir tomar.-----

Prosseguiu dizendo que o Conselho Municipal da Juventude não pode ser, também, um órgão factício ou balofo, que serve para a Câmara consultar e para receber o respetivo “Yes Man” que, por vezes, é necessário para colocar o visto ao lado de determinada medida que já está agendada pela Câmara, sublinhando que, em suma, o Conselho Municipal da Juventude não pode ser um adereço para a Câmara Municipal.-----

Frisou que se a Câmara Municipal estender ao Conselho Municipal da Juventude a mesma atitude política que tem, nesta Assembleia Municipal, com a oposição, então que podia avançar que esse Conselho não terá grande utilidade, dizendo que ou a Câmara tem outra postura e demonstra ser recetiva às sugestões e disposta a considerar o que vem das outras partes ou, então, não se augura grande futuro ao Conselho Municipal da Juventude.-----

O membro Pedro Almeida concluiu a sua intervenção desejando o maior sucesso ao Conselho Municipal da Juventude, esperando que o mesmo tenha um trabalho efetivo de propostas de medidas políticas, de retificação de medidas propostas pela Câmara, de calibração da orientação do Executivo da Câmara e que, de facto, seja ouvido, dizendo que isso não se sucede relativamente à oposição em geral.-----

-----  
Usou da palavra a deputada municipal *Adriana Cardoso* (PSD), que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“O grupo municipal do PSD desta Assembleia congratula-se por mais uma etapa percorrida para a instalação do Conselho Municipal de Juventude em Santa Maria da Feira.-----

Este, que é um Órgão consultivo democrático que pretende promover a cidadania e a participação cívica ativa dos jovens e o envolvimento do movimento associativo na definição das políticas de juventude locais, reveste-se de carácter apartidário, pretendendo ser um local de discussão e de apresentação de propostas independentes de conotações políticas.-----

O PSD entende que defender os interesses dos jovens é contribuir de forma ativa e positiva para o Conselho Municipal da Juventude, e não fazer dele uma arma política.-----

Entendemos que, mais do que uma postura de show-off, de enviar comunicados para os jornais e de colocar faixas pretas nas ruas (que é fácil mas que em nada contribui), importa contribuir (isso sim!) ativamente para este Órgão analisando, estudando e apresentando

---



propostas de melhoria ao Regulamento com vista ao seu melhor funcionamento. -----  
Ora, das duas vezes em que o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude esteve em  
discussão pública a JSD/PSD esteve disponível e contribuiu para a melhoria deste Órgão. -----  
Esta é a forma de estar da JSD/PSD – que nos diferencia de outros cuja atuação revela apenas  
“muita parra e pouca uva!” -----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) que começou por dizer que tinha algumas notas a  
dar relativamente ao regulamento em questão, referindo que, em primeiro lugar, queria aludir  
ao artigo 4.º, referente à Composição do Conselho Municipal da Juventude, salientando que  
na alínea h) desse artigo fala num representante de cada organização de juventude partidária  
com representação nos órgãos do município ou na Assembleia da República. Disse considerar  
essa alínea como sendo uma limitação uma vez que a mesma limita, logo à partida, a  
participação de uma nova juventude partidária que possa surgir. -----

Referiu que outra nota prende-se com uma correção que disse julgar consensual, alertando  
para o facto da alínea b) do artigo 5.º do regulamento, referente aos Observadores, falar num  
representante da Guarda Municipal Republicana do município. Disse tratar-se de um lapso  
que deve ser retificado, para um representante da Guarda Nacional Republicana, e não  
municipal. -----

Salientou que outro reparo que tinha a fazer é relacionado com o artigo 10.º – Emissão de  
pareceres obrigatórios, dizendo considerar o mesmo como sendo extremamente confuso e que  
tal artigo leva-lhe a concluir que o seu cumprimento será de difícil execução, até porque são  
mencionados prazos, como o prazo de 15 dias para emitir a deliberação final relativamente a  
uma proposta proveniente da Câmara Municipal, ressaltando que, em muitos casos, a Câmara  
faz as coisas muito apressadamente, em cima do joelho, não dando tempo para se cumprir  
esses prazos. -----

Concluindo a sua intervenção, reafirmou que considera haver uma série de situações previstas  
no regulamento que dificilmente serão exequíveis, mas que o tempo esclarecerá se tem razão,  
ou não, quanto a essa matéria. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia, aludindo ao erro detetado pelo membro Rui  
Tavares – na alínea b) do artigo 5.º do regulamento – disse tratar-se de um erro de escrita que,  
naturalmente, seria devidamente corrigido. Posto isso, passou a submeter o assunto a votação.





E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD: 29, PS: 12, CDS-PP, CDU, Ind.) e 1 abstenção (BE), aprovar a versão final do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Santa Maria da Feira – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a minuta da ata desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata desta sessão.-----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 02,30 horas, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

**O Presidente,**

**O 1.º Secretário,**

**O 2.º Secretário,**